

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

Reunião n.º 17

(Sem revisão final)

13 de fevereiro de 2019

(17 h 10 m – 20 h 08 m)

Ordem do dia:

Audição do General Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo.

Presidente da Comissão: Filipe Neto Brandão

Deputados:

Ascenso Simões (PS)

José de Matos Rosa (PSD)

João Vasconcelos (BE)

Telmo Correia (CDS-PP)

Jorge Machado (PCP)

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, boa tarde, vamos dar início a mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material ocorrido em Tancos.

Eram 17 horas e 10 minutos.

Hoje procederemos à audição do Sr. General Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo, a quem quero agradecer a presença. É um gosto recebê-lo nesta Comissão de Inquérito.

A sua audição foi requerida pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a quem competirá, portanto, iniciar a inquirição. No entanto, tendo o Sr. General tido a amabilidade de me referir que pretendia usar da palavra, como é sua prerrogativa regimental, para uma intervenção inicial, passo-lhe, de imediato a palavra, reiterando os meus cumprimentos.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo** (Comandante das Forças Terrestres de 13 de setembro de 2012 a 17 de fevereiro de 2014): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, boa tarde a todos. Vou fazer uma breve intervenção com três notas de permeio. Aliás, quem me conhece sabe que não falo muito e não faço papéis muito longos.

Permitam-me uma saudação muito particular às Sr.^{as} e Srs. Deputados com quem contactei mais diretamente nos últimos tempos da minha carreira militar. Agradeço terem-me dado a palavra, mas seria presunção da minha parte vir aqui arengar sobre Tancos.

Tendo ainda este tema como pano de fundo, acrescentarei apenas o seguinte: os militares cumprem missões e a política afeta recursos. Certamente, se houvesse menos dissonância entre estas duas responsabilidades, casos como este dificilmente ocorreriam.

Espero que esta nossa conversa contribua para aplanar esta ligação porque, se assim não acontecer, será demasiado redutora. Para que tal não suceda, tentarei, se souber, responder às questões que me colocarem com a frontalidade a que normalmente me obrigo.

Passo agora às três notas. Em primeiro lugar, queria dizer o seguinte: as coisas estão assim montadas, mas acho que o funcionamento de uma Comissão desta natureza, de modo aberto, não é a melhor solução. Concordo com a transparência, sem dúvida, mas há assuntos de defesa e segurança que mereciam ser tratados com mais recato.

Hoje, já toda a gente sabe onde ficam certas instalações militares, a sua segurança, quantitativos de pessoal, rondas, armamento que utilizam, TTP (técnicas, táticas e procedimentos), etc.

Segunda nota: dando sequência ao silêncio ensurdecedor de algumas entidades, permitam-me, usando uma figura do Regimento desta Casa, fazer a defesa da honra do meu camarada Coronel David Correia e do nosso Exército — porque o Exército não é meu, não é dos senhores, é de todos nós — na sequência da rábula transmitida no programa *Gente que não sabe estar!*

Sou totalmente a favor da liberdade de expressão e saúdo vivamente quem tem o dom de saber animar a malta. Contudo, penso que, neste caso, como diria outro humorista da nossa praça, na figura do diácono Remédios, «Não havia nexexidade!»

Contrariamente ao nome do programa, o, na altura, Tenente-Coronel David Correia, e a sua tropa, foi gente que soube estar quando, em novembro de 2007, como ele disse aqui, no Afeganistão, patrulhando na fria noite a *Ring Road*, nas imediações da FOB (Forward Operating Base) Lagman, e contribuindo para a liberdade de circulação na estrada Cabul-Kandahar, sofreu um morto: o soldado paraquedista Sérgio Pedrosa, 22 anos, natural de

Crestuma, praticante de canoagem e de futebol, generoso, que substituíra, momentos antes, na torreta do *Humvee*, um camarada que acusava cansaço.

Naquele momento de consternação e dor, que jeito tinha dado a presença de alguém que animasse o pessoal! E a mim também e ao capelão, quando fomos a Crestuma dar a triste notícia à sua mãe, à sua pequenina irmã e à restante família. Para o soldado Sérgio Pedrosa, que descanse em paz, para a sua família e amigos, um abraço fraterno.

Há acontecimentos que nos marcam e nunca se esquecem, nunca nos saem da memória.

Terceira nota: não é o meu *curriculum vitae*, nunca gostei muito deles. Há gente que usa *curricula vitae* que parecem um dossiê. O meu é uma folha simples, mas, se quiserem, é a minha marca de água, a minha maneira de estar na vida e, sobretudo, na carreira militar. É a postura de toda uma vida.

Aquilo que aprendi e que me ensinaram é o seguinte: um comandante é responsável por tudo quanto se passa e deixa de passar na sua Unidade. Nos últimos anos da minha carreira, não foi logo nos primeiros, quando era subalterno e capitão, andei sempre no fio da navalha. Não sou como certos figurões que aparecem a falar na televisão e que dizem que estão de consciência tranquila quando a gente sabe perfeitamente que mentem.

Digo: estive sempre intranquilo e com angústia permanente. Nunca consegui dar aos meus subordinados tudo aquilo de que precisavam, mas apenas aquilo que era possível, exceção feita às FND (Força Nacional Destacada) para onde canalizamos todos os meios possíveis e imaginários porque ali há um risco de vida acrescido.

Quando não dou tudo e as coisas correm mal, porque um incidente ou um acidente são sempre possíveis, sobretudo na vida militar, não os verbero, estou ao lado deles na assunção das responsabilidades ou assumo-as eu próprio.

O que espero dos meus superiores hierárquicos e da tutela é que tenham para comigo a mesma atitude, não é tentar encontrar um bode expiatório a todo o custo para calar o bruaá, bruaá dos média e a opinião pública.

Fico à disposição para as perguntas que me queiram colocar. Pelo que vi das perguntas e respostas das anteriores audições, pouco mais terei a acrescentar relativamente àquilo que disseram os meus camaradas.

Se quiserem ter a bondade de me ouvirem num outro registo, estou à vossa disposição. A prerrogativa é vossa.

Espero que esta nossa conversa seja profícua. Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, estou à vossa disposição.

O Sr. Presidente: — Obrigado, Sr. General.

Para iniciar a inquirição, tem a palavra o Sr. Deputado Ascenso Simões, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que dispõe de até 8 minutos.

O Sr. Ascenso Simões (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. General Carlos Jerónimo, quando ontem estava a preparar esta nossa conversa, fui ao meu telemóvel procurar uma mensagem que lhe enviei num determinado dia. Com a mesma clareza, queria dizer-lhe que pode estar à vontade e estar bem junto dos Deputados.

O que aqui fazemos é tentar encontrar as responsabilidades necessárias para que o País fique mais seguro, mais confiante e para que possa olhar o futuro com outros olhos.

Sei da sua frontalidade, sei da forma como trata as questões militares e sei também que, em determinadas circunstâncias, tem dificuldade em não assumir para si as responsabilidades de outros. Mas hoje, o que queremos é que o senhor nos ajude a entender melhor o que se passou.

Portanto, não entenda as perguntas que lhe vamos fazer como qualquer ataque, como qualquer tentativa de implicação, como qualquer menos consideração, porque o que estamos a fazer aqui é a olhar para o País e a prepará-lo para estar melhor em qualquer outra circunstância.

Queria também dizer-lhe, Sr. General, que fez bem em ter referido o soldado Sérgio Pedrosa. Nele o Partido Socialista quer simbolizar também todos aqueles que perderam a vida pelas nossas Forças Armadas já em tempos de paz, mas também em tempos de guerra.

As Forças Armadas são um elemento central do País. Há muita gente que as desconsidera. É um erro. É um erro desconsiderar as Forças Armadas e é um erro seguirmos por um caminho de permanente desqualificação das Forças Armadas. Não assumimos esse caminho antes, não o fazemos e não queremos, nesta Comissão, fazer este caminho.

Sr. General, ontem, o Sr. General Serafino, que é também um grande general, lembrou-nos que, em 1998, tinha havido um primeiro relatório dizendo que Tancos era uma preocupação imensa.

De 1998 até 2016, o que é que aconteceu? O Sr. General tem uma palavra para definir o que aconteceu aqui, nestes 18 anos, que é o tempo que leva entre o nascimento de uma pessoa e a sua maioridade, para que tivesse acontecido aquilo em Tancos? Tem uma palavra? Encontra uma palavra para dizer aos Srs. Deputados o que aconteceu durante estes anos todos em Tancos?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Sr. Deputado, como calcula, desempenhei várias funções ao longo da minha carreira militar e nem sempre Tancos esteve na minha esfera de ação.

Posso responder àquilo que representa Tancos na minha esfera de ação — e já vou à pergunta que o Sr. Deputado me fez. Na minha esfera de ação, passei um período pelo Comando das Forças Terrestres (CFT) e foi colocada

a questão de Tancos, nomeadamente em relação ao não funcionamento dos equipamentos.

Na altura, falei com o General DMT (Direção de Material e Transportes), já se chamava assim — às vezes as siglas são muito complicadas... Já estive numa Unidade que mudou seis vezes de nome e de cada vez que mudava de nome isso correspondia a uma transformação, reforma ou outra coisa que lhe queiram chamar.

Mas, no CFT, falei com o General DMT. Não sabem— penso que não sabem —, mas ficam a saber que há outra instalação militar que tinha um sistema idêntico, montado nos finais da década de 1990, também. Estamos a falar na década de 1990.

No início da década de 2000, do século XXI, esse equipamento funcionou mal durante muito tempo, ardeu, até, e ficou um tempo sem funcionar, até que se optou por um esquema de colocar câmaras em diversos edifícios dentro dessa Unidade para controlar, normalmente, os acessos a esses edifícios que guardavam determinados tipos de material.

Isso foi falado também, na altura, com o Comando da Logística. O CFT não tem responsabilidades em termos de realização das obras. O Depósito-Geral de Material da Engenharia não faz parte, não está na dependência do CFT e essa informação foi passada para cima.

O que foi dito foi que, tal como não fizemos com as arrecadações de material de guerra — já lá vou atrás também — não íamos aqui optar por soluções *ad hoc*. Então, pediu-se à Direção de Comunicações e Sistemas de Informação (DCSI) para avançar com o projeto SICAVE (Sistema Integrado de Controlo de Acessos e Videovigilância Eletrónica).

Já vi comentários aqui numa informação que, aliás, é contraditória, porque umas vezes diz que o SICAVE é um sonho que vai custar muito dinheiro, mas, depois, à frente, já diz que «sim, senhor» ao SICAVE...

Os Srs. Deputados sabem, porque estiveram em Tancos e em Santa Margarida, que está lá a ser montado um esquema do SICAVE.

Portanto, foi passada essa informação.

Quando temos um problema destes na instituição militar, não se vai à loja do chinês comprar para resolver o problema de imediato. Tenho de perguntar a quem sabe e estruturar um plano para resolvermos o problema para o Exército todo.

Aliás, se se lembra, e volto agora às arrecadações de material de guerra, em tempos, houve um roubo, também de material, numa arrecadação de uma Unidade militar, na região de Lisboa. Essa instalação já tinha um sofisticado esquema de segurança e, mesmo assim, as armas desapareceram de lá.

Na altura não era comigo, nem eu era o Chefe, mas foi decidido que se iriam fazer dois modelos em duas arrecadações, e posso dizer quais eram, era no Centro de Tropas Comando e, agora, Regimento de Comandos e na Escola Prática de Infantaria, que agora é Escola das Armas, e depois replicar esse esquema por todas as arrecadações do Exército.

Não sei em que ponto está este processo, mas está em curso. Como calculam, o orçamento de operação e manutenção do Exército não dá para fazer grandes obras. Nós vamos resolvendo problemas, a pouco e pouco, com as verbas que nos são alocadas. Quando entramos em obras de vários milhões, o Exército não tem esses meios para fazer essas obras.

Mais: se os Srs. Deputados foram a Santa Margarida viram que tem um pouco mais de metade do perímetro do paiol de Tancos. Quando se tiraram todas as munições do paiol de Tancos e as movimentaram para Santa Margarida, Marco do Grilo e Alcochete, Santa Margarida recebeu apenas 10% das munições. Em Santa Margarida gastaram-se, até ao momento, 4,5 milhões de euros — só para termos a noção dos valores que estão envolvidos.

Voltando um pouco atrás e à conversa com o General Serafino, CFT, e já na minha função de Chefe de Estado-Maior do Exército, — o General Serafino deve também tê-lo dito ontem aqui — ficou decidido que iríamos atacar o problema de Tancos por partes. Primeiro, fazendo a vedação, que era o que estava a ser feito.

Não sei se sabem, mas em Tancos já gastaram à roda de 400 000 € na vedação e em algumas das infraestruturas que lá estão, paióis e paiolins, não sei quais são, mas já se gastaram 400 000 €. As coisas vão-se fazendo à medida que é possível, porque o dinheiro não abunda para fazer obras desta envergadura.

Já agora, queria só dizer uma coisa: tenho aqui os planos de obras — antigamente não se chamavam assim, de cabeça já tenho alguma dificuldade... Peço só um instante, já lá vou.

Pausa.

No tempo do General Chefe meu antecessor chamava-se «Plano Geral de Atividades da DIE (Divisão de Infraestruturas) para 2014»; no meu tempo já se chamava «Plano Anual de Obras».

Gostaria de dizer também o seguinte: começámos o processo da reforma Defesa 2020, o Governo estabeleceu prioridades e uma delas era «mantém-se a componente operacional e reduz-se drasticamente a componente fixa».

Se virem este Plano Geral de Atividades da DIE para 2014, feito pelo meu antecessor, podem verificar que tudo o que aqui está é para, perdoem-me a expressão, «fazer o jogo de xadrez» de movimentar Unidades de norte para sul do País e de sul para norte do País. Esta é a primeira prioridade e o dinheiro foi alocado para isso, nomeadamente para criar a Escola das Armas, tirar o RA5 (Regimento de Artilharia n.º 5) de Gaia para Vendas Novas,

acabar com a escola de Vendas Novas e trazer o núcleo para Mafra, porque a Escola das Armas tem um núcleo de cada uma das escolas, criar o Regimento de Apoio Militar de Emergência. Não vou perder tempo a falar de todas estas mudanças, mas está aqui o dinheiro alocado para isso!

Sobre as arrecadações do material de guerra — isto não foi feito por mim, foi feito pelo meu antecessor —, que era um processo que vinha sendo feito, depois de terem criado as duas arrecadações-tipo em Mafra e na Carregueira, têm um valor atribuído a cada uma e diz-se o seguinte: «obras prioritárias e urgentes sem financiamento».

Os planos de obras fazem-se. Quando há obras, vai buscar-se dinheiro ao orçamento ... ao MDN (Ministério da Defesa Nacional)...agora, falta-me o nome...Mas vai-se ao orçamento da Defesa, do Exército e a outras verbas que se consigam arranjar.

Permita-me só dizer uma outra coisa, isto aparece uma primeira vez no Plano de Obras de 2015, sem financiamento, o General Serafino deve tê-lo dito, e em 2016 já aparece, também, a preocupação... Preocupação, não... Se fosse conseguido financiamento, já aparecia a resolução do problema das obras de Tancos.

A solução que foi encontrada, na altura... Como disse, para este tipo de obras as verbas são vultuosas, por isso decidimos que íamos buscar o dinheiro às sobras das verbas do processo — a Sr.^a Deputada Berta Cabral, conhece-o bem — da transferência das Oficinas de Material de Engenharia da Ajuda, do Campo das Salésias, para Benavente.

Para os Srs. Deputados ficarem com a noção, talvez os Srs. Deputados da Comissão de Defesa já o saibam, em 2009, o Sr. Ministro Augusto Santos Silva tirou o Campo das Salésias do domínio público militar. Esse prédio militar foi vendido à Estamo por 42,5 milhões de euros. Estava previsto sairmos de lá e irmos para Benavente, para um terreno contíguo ao Depósito Geral de Material do Exército.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Pode repetir o valor dessa transferência?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — 42,5 milhões de euros.

Se forem à *Internet*, umas vezes aparece 46,5 outras vezes 42,5. É este valor.

Esse dinheiro não era todo para fazer a transferência das Oficinas, julgo que também era para alimentar o Fundo de Pensões. Mas ele não apareceu.

O projeto inicial das Oficinas Gerais de Material de Engenharia, a construir ao lado de Alcochete, importava em cerca de 130 milhões de euros. Como não havia dinheiro, ainda assim, com a Sr.^a Deputada Berta Cabral, na altura, Secretária de Estado Adjunta da Defesa Nacional (SEADN) — estes nomes já me vão falhando!— resolvemos migrar a construção que estava prevista no terreno ao lado para dentro do Depósito Geral de Material do Exército, aproveitando umas infraestruturas, libertando uns parques de sucata, construindo-o lá.

O projeto ficou em 13,3 milhões de euros. Neste momento estão executados 6,5. Sei que tiveram acesso a esse documento no *briefing* que lhes fizeram em Tancos.

Confesso que fui procurando, porque já estou esquecido destas coisas, mas não me lembro quando. Falei com várias pessoas, mas não consegui chegar a um dado... Se calhar a Sr.^a Deputada Berta Cabral saberá melhor do que eu.

Mas, como não libertámos o terreno, em tempo devido, julgo que por volta de 2012, 2013, o Ministério da Defesa tinha de pagar à Estamo — não sei se pagou, se não pagou — 3 milhões de euros por ano. Não sei quantos

anos foram, imaginemos que foram 7, são 21 milhões de euros. 21 milhões de euros: que jeito tinham dado para fazer as obras em Tancos!

Portanto, ainda em relação à questão do Sr. Deputado Ascenso Simões, de as obras demorarem muito tempo... O Sr. Deputado pergunta: é possível? E eu dizia: Infelizmente é possível!

Vou dar-lhe vários exemplos: tenho aqui uma listagem com cento e tal! Posso começar pelas instalações, pelo armamento, pelo equipamento... Vou só dar dois ou três. Começo pela arma ligeira: não tinha cabelos brancos e tinha o cabelo todo, era louro, sempre usei o cabelo curtinho, e fiz os testes da arma ligeira de calibre 5,56 para o Exército. Estávamos em 1976. Estamos em que ano?! Acha muito tempo as obras?! Olhe, a arma ligeira ainda não está aí!

Isto só para falar na arma ligeira! Em relação à pistola *Walter* que toda a gente conhece ou de que já ouviu falar, quando vamos para os contingentes lá para fora e estamos lado a lado, trabalhamos com camaradas italianos, alemães e franceses que chamam àquilo uma arma de museu. Já ninguém usa aquilo. Aliás, a gente cuida dos materiais, ao contrário do que se possa pensar com o caso de Tancos. Nós cuidamos das instalações e dos materiais que são postos à nossa disposição, *vide* as chaimites e os camaradas da Força Aérea com os *Alouettes* que já vêm da guerra de África.

Vejam os edifícios do Estado à guarda do Exército. Quando os largamos, o que é que lhes acontece? Vejam o Forte de Santo António, quando saímos de Odivelas. Vejam Odivelas, com o património, azulejo do século XVII, delapidado!

Portanto, cuidamos do património. Não chegamos a todo o lado, não conseguimos chegar a todo o lado. Se me disser: podia ter-se tido maior atenção em Tancos! Admito.

Mas cito outros exemplos, Sr. Deputado: anda aí, e não diz só respeito à instituição militar, mas ao parque escolar... Quantos telhados de amianto

é que temos nas nossas Unidades? Fiz uma vez uma proposta para conseguir uns fundos para substituir telhados. Há alguns já substituídos. Aliás, houve um, na sequência de um temporal, no Regimento de Engenharia n.º 3 em Espinho em que tivemos mesmo de o substituir! Porque, senão, chovia em cima das máquinas... Dessa tentativa que fiz, zero!

Portanto, as coisas... Posso falar da Lei de Programação Militar que é revista de x em x tempo e as coisas demoram a ser conseguidas.

Já agora, só outra coisa, e já que estamos aqui a falar, aproveitamos a conversa... Moro no Entroncamento, vim de comboio e reservei quarto para cá dormir, por isso tenho o tempo todo do mundo. Não sei qual é a disponibilidade dos Srs. Deputados.

Relativamente a reestruturações, a reformas, a transformações, o grande objetivo que é propalado é «menos forças, melhores forças». Lamento dizê-lo: temos gente de muita qualidade, temos alguns equipamentos de ponta, ao nível dos outros países, mas não estão disseminados por todo o Exército. Normalmente, movimentamo-los para as Forças Nacionais Destacadas e para determinados corpos.

O que se tem verificado, o que tenho visto, e não podem dizer que não, porque vim algumas vezes à Comissão de Defesa onde se apresentavam quadros com a Lei de Programação Militar, com o decréscimo dos orçamentos e dos efetivos, é menos efetivos e menos orçamento. Portanto, Sr. Deputado, faz-se aquilo que é possível fazer, como disse, mas tenho a consciência de que não se faz tudo.

Cada chefe, ao seu nível, faz opções. Não terão sido as mais corretas. Mas, quanto a mim, Tancos estava a ser tratado agora. Já dura há algum tempo, mas, olhe, o roubo aconteceu, infelizmente, — é grave — antes de termos... aliás, antes de termos, não, porque já se tinham começado as obras!

Sr. Deputado, alarguei-me um bocado, peço desculpa.

O Sr. **Ascenso Simões (PS)**: — Sr. General, só não me disse a palavra que eu gostava que o senhor me dissesse, ou seja, uma palavra para simbolizar isto...

Mas, passamos à frente, como é que o Sr. General viu o assalto, o evento, o incidente e os impactos que teve no Exército? Como é que o Sr. General, que já estava na reserva e que já tinha saído há mais de um ano, olhou para esta realidade? O que é que antecipou em termos de impactos, no Exército, no seu prestígio, na sua estrutura, na sua agregação, nas questões de doutrina, de comportamento, de comando, que o preocupassem nos dias seguintes ao incidente?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Quando saí das minhas funções, instituí para mim próprio um período de nojo, afastei-me. Às vezes, convém uma pessoa afastar-se, criar alguma distância. Aliás, sigo aquele princípio português muito popular que diz «rei morto, rei posto». Estão outros no lugar, tão ou mais competentes do que eu. Se quiserem falar comigo falam, mas não tenho pretensões de dar conselhos a ninguém.

De facto, comecei a olhar para as notícias aquando do roubo de Tancos. E vou contar aqui uma coisa. A minha mulher dizia-me: «Mas tu já saíste da tropa e ficas fulo com estas coisas?»

Nunca tomei nada para o coração, mas, a partir do roubo de Tancos, tive de ir ao cardiologista e fiquei a tomar um comprimido para a tensão. Portanto, Tancos tocou-me. Não estou na instituição, mas eu vivi e vivo a instituição. Foi grave para a instituição o roubo de Tancos.

Agora, o que é que eu posso dizer mais sobre o roubo de Tancos? Vou dizer uma coisa que também me custou. Acho que a gestão político-militar que se fez subsequentemente ao roubo de Tancos foi completamente desastrosa.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Pode desenvolver essa...

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Não, não desenvolvo. Foi completamente desastrosa. Só digo o seguinte: serviu para enxovalhar as Forças Armadas.

Aliás, se se lembram do meu processo — que ninguém sabe bem como é — do Colégio Militar, ouviram-me falar sobre o Colégio Militar quando eu saí? Ouviram-me vir para a comunicação social quando saí, ou para as redes sociais? Aliás, as redes sociais é antro que nem frequento. Ninguém me ouviu falar. A instituição e as pessoas estão em primeiro lugar.

As coisas foram conduzidas daquela maneira e pronto. Vi com mágoa aquilo que aconteceu, mas, sobretudo, aquilo que se falou depois. É que há muita coisa que, na altura, não se sabia sobre Tancos e há muita coisa que, agora, não se sabe sobre Tancos.

Só para dizer duas ou três coisas: é esquisito, porque a partir do momento em que se descobriu os nomes dos ladrões ou de quem foi lá roubar, desapareceu tudo dos jornais. Há investigação? Está a decorrer? Não sei. Há interesse em que as coisas sigam para a frente? Não sei. Fazem-me confusão algumas coisas sobre Tancos.

E digo mais duas coisas sobre Tancos. A gente já sabe que, hoje em dia, não pode dar muito crédito à comunicação social, mas, a crer naquilo que vem nos *media*, posso dizer — e não é dizer, é pensar alto — o seguinte: por que é que o Fechaduras, quando foi ouvido num processo na diretoria da Polícia Judiciária do norte e disse que tinha sido contratado para um roubo em Tancos e o juiz fez passar a informação por vários canais, quando chegou ao tribunal... — não me recordo do nome do tribunal...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — DCIAP (Departamento Central de Investigação e Ação Penal)?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Não, não era o DCIAP.

Mas tenho aqui tudo neste *dossier*. É o Tribunal Central de Instrução Criminal. Como dizia, quando o Fechaduras chegou ao Tribunal Central de Instrução Criminal, nunca mais ouvi dizer nada.

Eu vivi em Marrocos, durante três anos, fui adido em Marrocos e, lá, quando chovia, existia uma coisa chamada os ueds, cursos de água temporários quando começa a chover, e cai uma grande quantidade de água, mas que depois desaparecem. Mas o leito fica lá, mesmo quando a água... Se calhar era bom que... É que se a informação fosse passada às autoridades competentes e chegasse às autoridades militares, se calhar não estávamos no estado de segurança *alfa* e tínhamos passado para o estado de segurança *bravo*. Isto é uma coisa sobre Tancos. Mas estou só a discorrer, nem digo que as coisas são assim ou não.

Depois, a Polícia Judiciária tentou que fossem colocados sob escuta por um senhor juiz — um não sei quantos, mas isso não aparece escrito — alguns destes elementos. O Sr. Juiz — e eu não o conheço pessoalmente, mas tenho um camarada militar que é juiz e que já trabalhou com ele e, se calhar, ele está certo — privilegia a investigação e depois as escutas. Eh pá, mas... Costumo dizer uma coisa... Há dias, o General Eanes num debatezeco com ex-Chefes até ficou um bocado surpreendido com a minha reação, porque eu costumo dizer que não tenho nenhum curso académico, tenho o curso de infantaria da Academia Militar e mais cursos na tropa...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — É uma licenciatura!

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — É uma licenciatura, mas ligo pouco a isso. Como referi, ligo pouco a currículos. O que conta para mim são as pessoas, os currículos a mim não dizem nada. Nós temos aí tantos exemplos de cursos tirados ao fim de semana e feitos com equivalências, de ranchos folclóricos e... Não ligo muito a isso.

Mas aqueles indivíduos já eram conhecidos do mundo do crime, estavam ligados ao tráfico de droga, de armamento e não os pôs sob escuta?! Faz-me uma certa confusão. Mas pronto, não sou eu a conduzir a investigação. Se calhar, se vier aí a Polícia Judiciária...

Mas fiquei extremamente afetado pelo roubo de Tancos, embora não estivesse na instituição. Acho que devia haver, da parte de toda a gente ou de quase toda a gente, mais moderação, não começar a falar, porque toda a gente metem-lhe o microfone à frente... Ainda há pouco, eu estava ali a falar com a Sr.^a Jornalista da Lusa, que dizia: «Conheço-o de qualquer lado» Estava fardado, mas, sem estar fardado, já não o reconhecia, a última vez estive à civil....

Ela quis fazer-me uma pergunta, mas eu, por norma, não falo com jornalistas. É que já fui durante a minha vida militar... E não é questão de não querer transparência e abertura. Já falei de assuntos. Agora, destas coisinhas... Há um jornalista que anda para aí, ainda há dias estava na cerimónia de entrega do estandarte das FND aos Comandos e várias vezes me perguntou: «Mas não quer falar sobre o problema das boinas dos paraquedistas, dos subsídios?» Eh pá, assuntos da parte militar, trato-os dentro da parte militar. «Ah, mas se sair nos jornais, dá uma ajuda!», disse ele. «Mas eu não sou assim, nunca fui assim», respondi.

Não sei se respondi à questão do Sr. Deputado, mas Tancos afetou-me bastante. Passei a tomar comprimidos para a tensão.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Muito obrigado, Sr. General. As suas explicações têm sido muito úteis para os nossos trabalhos.

Gostaria que precisasse o seguinte: quando o Sr. General Serafino chega à Logística e o Sr. General é Comandante das Forças Terrestres, inicia-se aqui um processo de colaboração que dá início, digamos, a uma atenção a Tancos. O que é que o Sr. General disse ao General Pina Monteiro e que orientações recebeu do General Pina Monteiro relativamente a orçamentos e a avanços desta mesma obra?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Eu não dependo do General Pina Monteiro nessa área. Eu dependo do General Pina Monteiro em termos operacionais. O General Pina Monteiro, já disse, passou-me um documento com um plano de obra, chamemos-lhe assim, mas tinha outra designação, em que não estava previsto Tancos.

Em 2015 — e estão aqui os documentos —, referem-se, pela primeira vez, as obras de Tancos.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Já consigo?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Já consigo!

Em 2016, estão as obras de Tancos. E disse: «Vamos arranjar maneira de financiar Tancos, porque o General Pina Monteiro não me dá dinheiro.» Que fique claro: a relação dos Chefes do Estado-Maior dos ramos com o General CEMGFA (Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas) é puramente no campo operacional.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Eu referia-me a enquanto o senhor foi Comandante das Forças Terrestres.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Ah, Comandante das Forças Terrestres! Aí o assunto foi passado para a Logística e a Logística depende do CEME (Chefe do Estado-Maior do Exército). E foi decidido começar a atacar o problema de Tancos.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — *(Por não ter ligado o microfone, não foi possível registar as palavras do Orador.)*

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Julgo que com o General Pina Monteiro.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Quando o Sr. General foi CEME, tendo em conta as necessidades e as urgências relacionadas com Tancos, o Sr. General colocou esta questão, esta urgência, esta emergência, em alguma circunstância, ao Sr. Ministro Aguiar Branco ou ao Sr. Ministro Azeredo Lopes?

Ou entendia que o problema de Tancos podia ser resolvido com os recursos próprios do Exército?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Não, não coloquei.

Aliás, aqui, vou também explicar um pouco — e a Sr.^a Deputada Berta Cabral que está aqui não me deixa mentir.

Como sabe, havia um plano do Sr. Ministro Aguiar Branco. Estamos no período da troica, em que não há dinheiro para tudo, ou, pelo menos, diz-se que não há dinheiro para tudo, e houve cortes substanciais. Portanto, primeiro, era mexer no dispositivo. Já disse que as arrecadações do material de guerra eram prioridade, mas sem financiamento. E eu não coloquei o

problema de Tancos ao Sr. Ministro Aguiar Branco. Aliás — e agora é que vou entrar naquela parte que também queria referir —, eu passei a minha vida toda na tropa, na «bota», chamemos-lhe assim. Fui comandante de Pelotão, comandante de Companhia, segundo comandante de Batalhão, comandante de Batalhão, comandante de Brigada, segundo comandante de Brigada, comandante do CFT, comandante do Contingente Nacional em Timor-Leste — passei a vida neste...

E quando cheguei ao Exército, da primeira vez — aliás, se os paraquedistas tivessem continuado na Força Aérea, eu nem era General Chefe, os paraquedistas só tinham um General e eu não vivia... Aconteceu ser General Chefe, não sei porquê, alguém decidiu pôr-me em General Chefe, se calhar, mal...

Portanto, a minha primeira intervenção no Salão D. Maria do Museu Militar foi sobre os meus dois objetivos, foi sempre isso que me guiou na tropa: as pessoas — todos sabem, não é preciso dizê-lo —, que são o elemento crucial de qualquer instituição e, depois, a componente operacional, com a qual eu cumpro missões.

Lamento dizer, mas, para além da redução drástica da componente fixa, que empatou recursos do Exército... E também devo dizer o seguinte — e desculpem-me eu estar sempre a voltar atrás, parece que o raciocínio não é linear, mas eu vou-me lembrando das coisas...

Sempre que fizemos transformações, reformas ou reestruturações, nunca foi alocado um pacote financeiro... «Façam com o orçamento!»... Não quer dizer que não tivessem aparecido umas obras extra. E estou a lembrar-me de uma... Ainda havia regiões militares e eu estava ali no governo militar de Lisboa, já nem me lembro em que ano, nem sei se eu ainda estava nos paraquedistas...

Já devia estar no Exército, porque a minha carreira é metade na Força Aérea e metade no Exército. A minha grande pena é não chegar à Marinha!

Vou com esse desgosto para a cova, sonhava ser faroleiro. Pode ser que um dia o seja...

Esse colega meu, que já saiu há tempos, dizia que nós, quando fazemos obras em casa, e todos temos casa, para mudar um quadro daquela parede para a outra, elas têm, custos. Não aproveito o prego, porque, se calhar, já está torcido, tenho de comprar um prego; se não tenho martelo, se calhar com o salto do sapato não dá jeito, tenho de ir comprar um martelo. Depois, tenho de tapar aquele buraco, feito pelo prego onde estava pendurado o quadro, ou com cimento ou com gesso; depois, se calhar, aquilo não fica muito bem na parede, se calhar, é melhor arranjar um bocado de tinta e pintar a parede para ficar bem.

Sem afetar recursos? Já me parece... Peço desculpa, mas não vou entrar no campo político, porque já me parece uma coisa que anda para aí agora a ser discutida.

Portanto... E agora perdi-me no meio disto tudo...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Perguntei-lhe se falou algum dia com o Sr. Dr. Azeredo Lopes ou...

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Não, nunca falei com o Sr. Ministro Azeredo Lopes para, exclusivamente, pedir coisas para Tancos. E também lhe digo porquê. Eh pá, porque as minhas frentes...

Nós estamos aqui parecemos um repórter fotográfico, acertámos a câmara em Tancos, mas o Exército é muito mais do que Tancos. Mas quantos Tancos é que os senhores pensam que existem? Poderia até falar da Força Aérea, estive muitos anos na Força Aérea, mas quantos Tancos pensam que existem? Uns mais complicados, outros menos complicados. As coisas vão-se fazendo, paulatinamente. Os recursos não aparecem de um momento para

o outro e, infelizmente, como já tive oportunidade de dizer, as coisas vão sendo assim.

Ah, já sei onde queria chegar: quando entrou em funções o Governo onde estava o Sr. Ministro Aguiar Branco, eu tinha decidido que a prioridade eram as pessoas com componente operacional, que é aquilo de que eu gosto. Olhe, N's e F's — eu traduzo: Estabelecimentos Militares de Ensino e Estabelecimentos Fabris do Exército. Estabelecimentos Fabris do Exército eram uma dor de cabeça que nem queiram saber!

A Sr.^a Secretária de Estado está dentro disso, a Sr.^a Deputada Berta Cabral. Era preciso, de facto, mexer nos Estabelecimentos Fabris do Exército. Porquê? Porque houve coisas que vinham do tempo da Guerra do Ultramar, muitas coisas foram feitas, outras não foram feitas.

Por exemplo, e digo só isto: o fardamento estava inflacionado porque era preciso pagar aos funcionários e há que vender mais caro para arranjar dinheiro para pagar... A Sr.^a Deputada é capaz de saber, era «não sei quê empresariais imperfeitas», tem assim um nome esquisito, daqueles do...

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Entidades empresariais imperfeitas.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Entidades empresariais imperfeitas, e por isso é que se acabou.

Com a Manutenção Militar, a mesma coisa. Hoje em dia, os preços da Manutenção Militar conseguem ser mais baixos porque não temos que suportar os encargos com o pessoal. Eu passei a vida a receber, só dos estabelecimentos fabris, sindicatos, comissões de trabalhadores...

A Sr.^a Deputada não me deixa mentir, havia um número assustador de funcionários para mandar para fora da Defesa, alguns ficaram. Preocupámo-nos com as pessoas. Ainda aqui há dias fui a uma consulta ao Serviço Nacional de Saúde, ao Hospital de Torres Novas, e quando fui para pagar a

senhora disse-me: «Desculpe, o senhor é o... estou a conhecê-lo de algum lado. Não é o General Jerónimo?». «Sou.». «Cruzei-me consigo numa festa de Natal!».

Eu não conhecia a senhora! Foram muito maltratados. Preocupámo-nos com as pessoas, preocupámo-nos com que as pessoas ficassem... Não sei se sabiam, mas havia, não me lembro agora do número, mas tínhamos 300 senhoras costureiras, a quem pagávamos umas reformas miseráveis. Não sei quanto tempo trabalharam para o Estado, mas deixaram de ser necessárias porque não havia fardas para fazer, já se tinha deixado o Ultramar. Aquilo importava custos de 2 milhões de euros, que as Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento tinham de suportar. Isto nos Estabelecimentos Fabris.

A outra foi dos Estabelecimentos Militares de Ensino. As dores de cabeça que eu tive com comissões de pais, comissões de antigas alunas, a A e a B, e eh pá! Recebi-os todos no gabinete, ouvi-os e posso dizer, sem problemas nenhuns. Está aqui a Sr.^a Secretária de Estado: aquilo era prioridade do Exército, fundir o Colégio Militar com o de Odivelas?

Olhem, Srs. Deputados, foi preciso construir um edifício feminino: 2,8 milhões de euros. O dinheiro não veio do orçamento do Exército, veio do orçamento da Defesa Nacional. É necessário construir um pavilhão: 1,4 milhões de euros. Olhe, se este dinheiro...

Aliás, aqui há dias, andava a preparar esta vinda à Comissão, deparei-me com um documento da Defesa — Reforma da Defesa 2020. O Sr. Ministro Aguiar Branco, pelo menos, é o autor, dizia lá que tinha cancelado o concurso das *Pandur*, dos helicópteros e dos navios para a Marinha e que tinha poupado 1300 milhões de euros.

Não sei para onde foram os 1300 milhões de euros, mas o que posso dizer, como militar, é o seguinte: ainda ontem fui à *Internet* ver umas declarações sobre esse cancelamento das *Pandur*.

Eu disse isso aos Srs. Ministros, aos dois: a Brigada de Intervenção é uma brigada coxa. Mas estão lá declarações que contradizem isto e ainda dizem mais: «Vamos tentar arranjar outras viaturas a um preço mais acomodável para resolver o problema das viaturas em falta».

Uma Unidade militar tem unidades de manobra, unidades de apoio de combate, unidades de apoio de fogos. Aquilo é um todo que tem que funcionar oleado. 31 ou 31 viaturas porta-morteiro: zero! — já lá vou, às porta-morteiro —; 9 viaturas de Engenharia: zero! Só 5, das 15 viaturas lança-mísseis anticarro.

Permita-me que volte atrás, nas porta-morteiro: eu fui a Vila Real — o Sr. Deputado não sei se é de lá —, fui a Viseu. Sabem como estão os morteiros 120? Estão atrelados a Unimog 1300, que não têm a mesma capacidade de mobilidade em todo o terreno como têm as viaturas *Pandur*. Mais: demoram mais tempo a entrar em posição e a estar em condições de fazer fogo. Os militares, para terem proteção, ou fazem um abrigo ou não têm proteção e depois demoram mais tempo a sair de posição e podem estar sujeitos a fogos de contramorteiro ou contrabateria — os artilheiros é que sabem destas coisas, eu já estou esquecido disso.

Com a viatura blindada eu faço fogo de uma posição, faço dois disparos e, rapidamente, passo para outra posição.

Viaturas de Engenharia: no primeiro contingente que mandámos para o Afeganistão pedimos viaturas URO emprestadas aos espanhóis. Morreu o sargento Roma Pereira e ficou deficiente, estropiado, o cabo Mourão — que estava lá no Dia do Exército, em Vila Real —, com um IED (*Improvised Explosive Device*), montado numa estrada, a que vai de Cabul para Jalalabad, no Paquistão.

Não sei se os senhores tiveram familiares na guerra e se sabem como se faziam as colunas nas picadas de África, quando se transportavam só militares, ou também fazendeiros ou abastecimentos para as populações que

viviam isoladas. Eram os picadores que picavam e estavam sujeitos a velocidade lenta e a sofrer muito mais emboscadas. Ou então usavam aquilo a que eles chamavam «rebenta-minas», uma *Berliet* carregada de sacos e areia. Não sei como é que faziam, jogavam àquele jogo que eu não digo aqui o nome, não é? E deveria ser um que lhe calhava conduzir e outro a fazer a segurança. E depois rebentava e ou morriam ou não morriam, não interessa!

As viaturas de Engenharia, que nós não temos, são viaturas com uma lâmina que permite limpar obstáculos — agora as *Pandur* estão a encontrar obstáculos na República Centro Africana —, ou fazer obstáculos. Têm uns rolos que permitem, indo à frente da coluna, rebentar as minas e têm um dispositivo para aqueles IED que são controlados através de telemóvel para inibir as frequências e impedir que eles rebentem. Não temos isso. Portanto, estamos a desprezar a vida dos nossos militares.

Viaturas anticarro: nós temos armas anticarro, temos os LAW — LAW não, já estão descontinuados. Temos os *Carl Gustav* e os mísseis *Milan*. Mas se não tivermos viaturas porta-mísseis... Temos de ter uma arma que atinja mais longe do que o inimigo nos consiga atingir e não temos essas viaturas.

Não vou falar da Marinha, que não me compete, mas vou falar dos helicópteros.

Lembro-me de uma pergunta do saudoso Deputado José Lello, que já não está entre nós, infelizmente, numa reunião da Comissão de Defesa onde também estava o Sr. Deputado Jorge Machado — para não falar só da Sr.^a Deputada Berta Cabral...

Risos

Nesta reforma Defesa 2020 nós fizemos todos os documentos estruturantes: conceito de Defesa Nacional, conceito estratégico militar,

missões às Forças Armadas, sistema de forças... aqueles documentos que os Srs. Deputados sabem — falta é a outra parte, que é a afetação dos recursos.

E nós, militares, sabemos perfeitamente que não vamos ter tudo aquilo que queremos, porque temos o País que temos, compreendemos isso. Mas constrói-se um sistema de forças com determinadas capacidades e lá atrás, face aos riscos, temos mais vulnerabilidades, temos determinadas vulnerabilidades, e estamos sujeitos a mais riscos. Admitimos, temos de admitir isso! Mas partimos do princípio que vamos edificar o sistema de forças.

O sistema de forças 2014, que está aprovado pelo Governo, no que toca ao Exército tinha que ter 1,8 mil milhões de euros. O que está aprovado! Recebeu 668 milhões de euros! Por isso, quando o Sr. Deputado José Lello me perguntou se eu tinha desistido dos helicópteros, eu disse: «Os helicópteros estão lá!». E ele: «Não, zero euros!». «Está bem, estão lá com zero euros, mas eu meto-os lá, onde?!»

Sabem quanto custava o programa dos helicópteros? Custava 500 milhões de euros, para os helicópteros, mais 500 milhões de euros para a manutenção. Então, e eu, em 668 milhões de euros metia 500 milhões de euros? Há até militares que me fazem essa pergunta, ainda há dias me passei com generais por causa disso.

Para mim é sempre a pirâmide de Maslow: primeiro, o básico — armamento individual, equipamento individual, proteção individual do soldado, viaturas ligeiras, aparelhos de visão noturna, aparelhos para ver de dia, comunicações. Isso é que me interessa, os helicópteros virão depois, a Força Aérea há de ajudar-me, a Marinha há de ajudar-me. Já foi assim na Guerra de África.

Pergunta-me: gostaria de ter helicópteros? Pois gostava! Mas não tenho condições para ter helicópteros! Portanto, temos de corrigir o que fizemos lá atrás, das vulnerabilidades e dos riscos, porque temos uma Lei de

Programação Militar que era de três sexénios, de 2008 a 2026, que agora foi alterada... Não sei se a outra já está aprovada, mas serão três quadriénios, 12 anos...

Mas, e só para lembrar aqui uma coisa, quando eu ia aos Dias das Unidades, das Armas e dos Serviços, e falava do que estava previsto adquirir, eu estava a ver-me, aspirante em Mafra, a testar as armas 5,56, e digo-lhe que as datas são para as calendas! Quando o material vier não sei se eles serão subalternos ou capitães, ou já tenentes-coronéis ou majores. Esta é que é a realidade e não vale a pena escamoteá-la!

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Muito obrigado, Sr. General.

Sr. General, na sequência do incidente, foram decididas as suspensões, exonerações, recolocações de quatro comandantes de unidades, que eram as unidades que faziam a segurança ao espaço de Tancos.

Se o Sr. General fosse CEME, como teria apurado as responsabilidades naquele momento? Que ordens teria dado para se apurarem todas as responsabilidades e se repor a situação?

O Sr. **Presidente**: — O Sr. General tem uma voz tonitruante e peço-lhe que se afaste ligeiramente do microfone.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Eu costumava falar para a Brigada, sem problemas nenhuns, dar «firme, sentido» à Brigada inteira, quando a Brigada tinha gente, não é? Agora é fácil!

Mas, o que posso dizer sobre isso? Aliás, na minha terceira nota eu digo um pouco isso, já para tentar evitar essa pergunta. Mas eu vou responder.

Se conhecem o meu passado recente, o Sr. Ministro, com quem trabalhei em último lugar — eu sou claro nestas coisas —, fez chegar uma ordem ao meu gabinete informando que iria tirar o subdiretor do Colégio Militar. E eu mandei de volta, a dizer: «Ele tira é o...» — não digo o resto!

Risos.

Depois, o Sr. Ministro tentou, por vários canais, forçar-me a tirar o Tenente-Coronel Grilo do Colégio Militar. O Tenente-Coronel Grilo é um bom oficial. Neste momento é coronel, foi promovido pelo atual Chefe, não por mim, e é Comandante do Regimento de Artilharia Antiaérea em Queluz.

E eu disse — eu também sou teimoso como o... Eu sou um tipo bestial, peço desculpa do termo, mas também quando sou teimoso, sou teimoso até à quinta casa. A minha mulher, às vezes, diz: «És teimoso que nem uma mula!».

O Grilo até estava para sair, porque o Grilo iria comandar Leiria quando fosse promovido e iria fazer o curso de comandantes. «Não sai o Grilo! Ele sai quando eu quiser!»

Portanto, acha que nesta minha maneira de trabalhar...? Sempre assumi as responsabilidades, sempre fui corresponsável com os meus subordinados.

Portanto, em relação a esta maneira de trabalhar, não sei que dados — e vou terminar —, não quero estar a crucificar o meu sucessor, mas ele tem dados que eu não tenho e, se calhar, foi a melhor decisão que tomou.

Eu não atuava assim, de certeza. Conhecem a minha maneira de ser. Aliás, 43 anos de vida militar e chegam os dedos das mãos para umas punições: mandei umas chapadas e alguns murros. Não fiquem ofendidos, porque mandava uma chapada e uns murros às pessoas que eu estimava. É

como quem trata um filho. E tratava-os por «senhores» logo a seguir. Sempre tratei os soldados por «senhor»: Sr. Silva, Sr. António, Sr. Isto.

Nunca precisei de berrar ordens, peço por favor, e elas cumprem-se. E nunca fiz nenhum processo, e nunca estive em nenhuma Unidade em que se fizesse um processo e fosse preciso exonerar alguém.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. General, tendo havido alguns processos que se ficaram pela base, depreendo das suas palavras que, se o Sr. General estivesse em funções, teria assumido todas as responsabilidades e ter-se-ia demitido.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Por isso é que fiz a minha terceira nota.

Não consigo dar, ou não tenho conseguido dar — ou não consegui dar, nos últimos tempos — tudo aos meus subordinados. Se as coisas correm mal, não posso cair em cima deles — desculpem a expressão, mas é quase militar — «que nem um cão»; não posso cair em cima deles. Mas o que espero de cima é que também assumam responsabilidades, porque se não me deram os recursos, eu também nos lhos pude dar. As minhas assumo-as eu, os outros que assumam as suas.

Não sei se respondi à questão?

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Respondeu. Mas a questão que lhe coloquei tem que ver com o seguinte: ouvimos já aqui um conjunto de comandantes que tinham todos comportamentos diferentes: comandantes que iam a Tancos e comandantes que não iam a Tancos; comandantes que reportavam as insuficiências e comandantes que não reportavam as insuficiências; comandantes que queriam saber das NEP (norma de execução permanente) e da sua execução e comandantes que não queriam saber das

NEP e da sua execução; comandantes que achavam que o material roubado, para que todas as pessoas entendam, era perigoso e comandantes que achavam que o material roubado era menos perigoso.

Sr. General, com a sua experiência de grande militar que é, concebe que, num Exército com tão poucos militares que ouvimos aqui — uma dezena —, possa haver uma divergência tamanha, tão grande, de entendimentos sobre as funções de cada um dos comandantes?

Ou seja, cada comandante tinha uma leitura diferente da preocupação da segurança para Tancos, e cada comandante olhava diferente a sua própria forma de estar, relativamente a Tancos.

O Sr. Gen. Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo: — Isto é a minha maneira de ver, eu não estava lá, não sei como é que as coisas se passavam. Mas Tancos e o paiol de Santa Margarida são tutelados, no aspeto de gestão de materiais, pelo Depósito Geral de Material do Exército, Direção de Material e Transportes, Comando da Logística.

Foi atribuída ao QG (Quartel-General) da Brigada, à Unidade de Apoio da Brigada, a coordenação da segurança de Tancos e várias unidades contribuían para a segurança de Tancos.

Se me perguntarem... Aliás, não vi as inquirições todas — são tão longas que tinha de passar aí umas noites acordado —, mas vi a do Coronel Correia. Conheço o Coronel Correia, porque já trabalhei com ele. Não tenho dúvidas nenhuma, e se calhar, ficaram com essa perceção, de que o Coronel Correia estava lá no sítio, ia lá ao lugar. Ele é que é o responsável.

Os outros comandantes vão a Tancos se entenderem, porque eles não têm a responsabilidade da segurança de Tancos. Eles têm de dar elementos para Tancos. Quem tem a responsabilidade da coordenação de Tancos é a Unidade de Apoio do Comando da Brigada.

Por isso, admito perfeitamente que o comandante não vá a Tancos.

Como há comandantes que têm... — não, não digo agora, que ia dizer aqui um disparate que não devo dizer. Mas cada um tem a sua maneira de comandar. Já vi alguns a mandarem ordens por *e-mail*. Tinha um chefe que estava ali no gabinete ao fundo — eu sou muito jeitoso, agora já aprendi alguma coisa das informáticas — e dizia: «Ó Jerónimo, mandei-te um *e-mail*.» E eu dizia: «Fogo, porque é que não me chama e eu vou aí, pá?!» Eu gosto de falar com as pessoas.

Tenho uma expressão que agora não se pode usar, porque saiu pessoal aí de alguns partidos, mas que é conhecida na tropa e que é: «conhecia a cor das cuecas dos meus soldados.» Não sou *gay*, nem sou tarado sexual — e agora, se o Sr. Ministro quiser meter mais raparigas na tropa é...

Conheço os soldados, sei de onde é que um soldado é, que problemas é que tem, se estudou... Cheguei a emprestar dinheiro a alguns, do meu bolso, para resolverem problemas familiares! Isso é que é um comandante!

Os comandantes tinham de ter homens treinados e entregá-los para a entidade que tinha a segurança de Tancos. Não têm de lá ir a Tancos. Podiam ir ou não ir.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Mas reconhece que o facto de a segurança de Tancos estar distribuída por quatro Unidades é um problema grave para a segurança?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Então vou explicar uma coisa devagarinho, para ver se toda a gente percebe: Santa Margarida tem os seus paióis — os Srs. Deputados foram lá, certo?

Eu, na preparação desta audição, falei com muita gente, fui a muitos sítios, andei a recolher papéis. Já agora só uma coisa antes de...

Da gravidade de Tancos: a 5 de julho de 2017, *x* dias depois do roubo de Tancos, realiza-se — isto está num documento da Defesa! Conhecem este

documento, não conhecem? — uma reunião no Conselho Superior de Segurança Interna, que é presidida pelo Sr. Primeiro-Ministro; é avaliada a situação de segurança interna, concluindo-se que o incidente de Tancos não justifica uma alteração do nível da ameaça, já depois do roubo. Não brinquem comigo, não é?! Já depois do roubo!

Mas o Sr. Deputado estava a perguntar-me, peço desculpa, porque agora distraí-me, sobre...?

O Sr. **Ascenso Simões (PS)**: — Sobre a segurança e a organização dos trabalhos.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Ah, a organização.

Santa Margarida tem uns paióis. Santa Margarida é a única Brigada do País que está concentrada num campo militar. Quem conhece Santa Margarida — estiveram lá —, sabe que tem Unidades de um lado e de outro. Há o 1.º Batalhão de Infantaria Mecanizado; o 2.º Batalhão — o 2.º Batalhão já não existe, nem há homens nem há dinheiro para reparar as viaturas, pôs-se-lhe uma cruz em cima —; há o Quartel de Artilharia, onde está a Bateria de Artilharia Antiaérea; o Grupo de Artilharia de Campanha; o Batalhão de Apoio e Serviços; o Quartel de Cavalaria, onde está o Esquadrão de Reconhecimento; e o Grupo de Carros de Combate.

Eu falei com vários comandantes, mas imaginam...? O serviço era feito por militares de todas as Unidades.

Vêm falar-me em unidade de comando, aqueles militares pertenciam todos... A ordem foi dada à Brigada para fazer o serviço aos quartéis de Tancos. Aliás, se leram bem os papéis, era para ser alternado entre Tancos e Santa Margarida, um mês em cada sítio.

Santa Margarida, quando chegou a sua vez, depois da Brigada de Reação Rápida fazer, disse: «Eh pá, vou fazer eu o coiso?! Então eu tenho os paióis!» Acabou! Faz só a Brigada de Reação Rápida. Eles tinham a incumbência dos paióis de Tancos.

Levou-me a falar em unidade de comando... Até camaradas lá fora... Nós podemos falar em unidade de comando é nos diversos escalões: no Pelotão, na Companhia, no Batalhão, na Brigada e por aí fora.

Pertenciam todos à mesma Brigada. Não saíam da mesma Unidade? Não!

Tancos... A Brigada de Reação Rápida — se sabem, e também sabem — e a Brigada de Intervenção, porque é assim, estão dispersas pelo País, têm Unidades em Tomar, etc., etc... Não está toda concentrada ali, em Tancos. Portanto foram socorrer-se de elementos das diferentes Unidades.

Se os militares estiverem treinados, se souberem o que têm a fazer, eh pá, não brinquem comigo, quer dizer, tanto faz serem de uma Unidade ou de outra.

Mais, vou dizer algo que é a minha opinião, vale o que vale, mas é a minha opinião convicta, da experiência que tenho, de vários anos de serviço militar: agora, Santa Margarida — viram no documento que vos distribuíram — tem 40 homens para fazer o serviço em Tancos. Quantos é que lá estão diariamente? Uma secção. Se passar ao estado Bravo, estão duas secções; se passar ao estado Charlie, estão três secções. Mas há algum maluco que, se não houver ameaça, meta lá uma Companhia ou um Batalhão?! Isso é má gestão de pessoal!

Ó Sr. Deputado, eles podem ser da Unidade. Vou dizer-lhe...

Vozes impercetíveis.

Não sabem, mas também deviam saber, porque já estão há muito tempo nestas andanças. As Forças Nacionais Destacadas, desde há muito tempo... Ainda agora estive na entrega do estandarte à força dos Comandos que vai para a República Centro Africana — o Comandante estava a fazer a sua intervenção mas nem fixei — e nós constituímos uma Força Nacional Destacada, com elementos, às vezes, de 27 ou 38 Unidades de estabelecimentos e órgãos diferentes.

Perguntam-me: «Então aqui também não há unidade de comando?» Claro que eles se juntam 6 meses antes e, depois, quem faz a força é o Comandante que lá está, com o grupo que ali tem. Nós não temos unidades completas para mandar, isso foi «no tempo da outra Senhora».

Vou dizer outra coisa, para ficarem a saber: a minha unidade, em Tancos, no tempo da Força Aérea, teve três nomes: Batalhão de Caçadores Paraquedistas. Quando os paraquedistas foram para o Ultramar...

Vozes impercetíveis.

Não, tem de ouvir, porque isto é para ouvir. Tenho aqui assistido a coisas que não correspondem, às vezes, à realidade.

Quando foi para o Ultramar, a minha Unidade de Tancos passou a chamar-se Regimento de Caçadores Paraquedistas; depois Base de Escola de Tropas Paraquedistas na Força Aérea; depois passou a Escola de Tropas Aerotransportadas; depois Escola de Tropas Paraquedistas; e agora Regimento de Paraquedistas.

Eu era Tenente, comandava uma Companhia de Alunos, a 2.^a Companhia de Alunos — a 2.^a CA —, tinha 288 soldados de recrutas. Sabe quantos tem, hoje, o Comandante do Regimento, o Coronel Peixeiro, que esteve aqui? Hoje? Tem 207 oficiais, sargentos e praças!

Esperem aí que também gosto de números. Não é este papel. Sr. Deputado dá-me só um minuto, para que encontre aqui o papel que fiz?

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Claro que sim!

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — É para ficar clarinho como água.

Estamos a falar do AMT (Aeródromo Militar de Tancos), onde também estiveram, onde tiveram o *briefing*, na torre.

Já me esquecia... Já agora, que falo no AMT, posso pôr outra colherada aqui no meio. Desde que a Força Aérea saiu de Tancos, em 1994 — os paraquedistas passaram para a Força Aérea —, tirando as obras nos hangares, que eram para os helicópteros...

Para não ser tão chato, introduzo aqui um momento de brincadeira: havia até um General da Força Aérea que, na brincadeira, me perguntava: «Então, ó Jerónimo, o Museu do Ar?». E eu dizia «O Museu do Ar, aquele avião que pusemos à Porta de Armas?». Ao que ele respondia: «Não, os hangares que vocês têm lá sem nada, sem os helicópteros».

Portanto, o AMT nunca mais sofreu obras. Aterram lá aviões portugueses e estrangeiros. A Força Aérea está preparada para aterrar em pistas improvisadas. No Afeganistão já o fez, no Mali já o fez, em pistas de terra batida. Mas, no dia a dia, tem de ter uma pista em condições.

A pista tem buracos, tem gravilha... O General Pinheiro, quando era meu parceiro, como Chefe de Estado-Maior da Força Aérea, disse-me: «Nunca mais vou a Tancos, a gravilha que salta dá-me cabo da pintura da fuselagem e das hélices dos C295, só em material compósito».

Sabem de quanto é que precisa Tancos para uma recarga da pista, placas, *taxiway*, luzes de pista, luzes de aproximação — e já não falo nas

ajudas rádio? Precisa de 5,3 milhões de euros. Acha que o Exército tem 5,3 milhões?!

Vai durar quanto? 94, se calhar vai durar 18 anos ou mais. A torre de controlo, onde tiveram o *briefing*, aquilo é como aqueles cilindros da Sapec, que havia espalhados pelo País e que já não são utilizados. É um cilindro, tem umas salas e, de resto, não é torre de controlo nenhuma.

Não tem sistema de gravação das conversas entre quem está na torre e as aeronaves — aliás, a Força Aérea começou a fazer uns destacamentos no início e depois desistiu — e não tem comunicações rádio fixas na torre. Levamos para lá um rádio portátil.

Sabem quanto é que a Força Aérea gastou, quando reformulou as suas torres de controlo? Entre 1 milhão e 1 milhão e 500 mil euros. Ter tropa custa caro, mas as coisas não sucedem assim. Vamos fazendo à medida que vamos tendo recursos.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. General, não gostaria que passasse a ideia, porque acho que não está subjacente às palavras do Sr. General, de que o Sr. General desqualifica ou desgradua o acontecimento em Tancos. É que, sistematicamente, sempre que falamos do incidente de Tancos, o Sr. General traz um largo conjunto de questões e prioridades, mas não estamos a falar de um sítio onde há munições.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Há munições em todas as unidades de armamento.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Há munições em todas as Unidades, mas aquela era um paiol especial, que, até pela excentricidade da sua localização, merecia uma atenção diferente.

Sr. General, gostaria de lhe perguntar também o seguinte: se o senhor fosse CEME e alguém chegasse ao pé de si no dia do assalto e dissesse que tinha acontecido um acidente, porque, nas últimas 20 horas não tinha havido rondas, com o seu perfil de militar e a sua forma de atuar, o que é que o Sr. General tinha feito?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Olhe, a última vez que fui ao focinho a um indivíduo foi quando era coronel, comandante da Unidade. E quem não fez 20 rondas merece um castigo, uma punição severa. Pronto!

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Mas essa punição severa é só para o sargento que não fez as 20...?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Eu não conheço os detalhes, não me obriguem agora a dizer...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Não, por natureza! Ou seja, é natural que, no Exército, possa haver uma punição a um único sargento que não fez uma ronda durante 20 horas?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Eu não conheço os... Conheço das notícias... É difícil, às vezes, estar a julgar quando não se tem todos os dados do problema, mas, para mim, é assim: se eles falharam, têm de ser punidos. Pronto! Agora, vá-se apurar se falharam!...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Também o comandante da Unidade?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Não sei se é o comandante da Unidade, isso resulta da averiguação. Não estou aqui a fazer juízos de valor! Já disse que, quando acho que não fiz bem as coisas: «Pumba, estou aqui, sou eu o responsável».

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Muito obrigado, Sr. General.
Não faremos uma segunda ronda, portanto...

O Sr. **Presidente**: — Agradeço ao Sr. Deputado Ascenso Simões e também ao Sr. General Carlos Jerónimo as respostas prestadas.

Segue-se o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, pelo que tem a palavra o Sr. Deputado José de Matos Rosa, nos mesmos termos.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. Presidente, queria começar por cumprimentar, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, o Sr. General e dizer-lhe que é um privilégio tê-lo aqui connosco. Assim como os homens que têm trabalhado e prestado serviço consigo, nós também o reconhecemos, porque o PSD tem orgulho na instituição militar e nas Forças Armadas, orgulho que pratica.

Para nós, é importante termos aqui o Sr. General Carlos Jerónimo, que é uma referência no meio militar pelo profissionalismo, pela defesa de todos aqueles com quem trabalhou e pelos valores que sempre praticou ao longo destes anos. Não fomos nós que pedimos a sua audição, mas, pela experiência que o Sr. General tem, por aquilo que foi como militar, para nós também é importante ouvi-lo.

Aproveito ainda para cumprimentar, na sua pessoa, todos os militares que prestaram e prestam serviço nas Forças Armadas.

Sr. General, está na reserva desde quando?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Estou na reserva... Ora, eu saí, mas há uma lei, que vem do tempo do General Garcia dos Santos, que obriga a estar 120 dias no ativo, na possibilidade de ser encontrado um lugar compatível. Mas, como sou muito independente, não tinha nenhum lugar compatível, nem precisava dele, e fui para o Entroncamento, lá para trás das berças. Portanto, passei à reserva em 15 de agosto de 2016, salvo erro. A 15 de agosto, acho eu.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Qual foi a sua última colocação e qual foi a última função que teve?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Chefe do Estado-Maior do Exército.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — E em que data é que começou essa função?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Entrei em fevereiro de 2014 e saí em abril de 2016, salvo erro.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — De 18 de fevereiro de 2014 a abril de 2016.

O Sr. General pediu a demissão de Chefe do Estado-Maior do Exército em princípios de abril de 2016. Quais foram as razões que o levaram a pedir a demissão? Porque se demitiu e não deixou que fossem os seus subordinados ou as pessoas que dependiam de si a demitir-se, como pretendiam? Pelo menos, foi isso que se soube cá fora. Porque é que o fez? Isto relaciona-se com umas perguntas que lhe vou fazer, na parte final.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Então, para ficar claro, como sabem — está ali uma Sr.^a Jornalista da Lusa —, eu não falo para a imprensa, normalmente. Saí e ninguém me ouviu falar. Achei que devia preservar a instituição e os militares da instituição. Não vim para cá fazer estardalhaços nem coisa nenhuma. Acabou, acabou! A vida continua!

No entanto, sobre a demissão, posso dizer duas ou três coisas, que escrevi para não me...

Os senhores não me conhecem bem, ou não conhecem toda a minha vida militar. Com a última pessoa que tutelou a pasta da defesa, eu saí. Mas já ouviram o que eu disse na minha terceira nota. O Sr. Deputado diz... Eu não sou personalidade nenhuma, há gente muito importante, há o General Loureiro dos Santos... Eu não tenho pretensão, sou um soldado, chamemos-lhe assim. Portanto, a minha saída não é um acontecimento histórico, não vai ficar na história, embora, que eu me lembre, só o malogrado General Loureiro dos Santos — que já não está entre nós, infelizmente —, o General Silva Viegas e eu é que tenhamos saído antes do tempo.

As coisas arrastam-se de trás. Tudo tem um começo e vai avançando. Em 1994, saímos da Força Aérea para o Exército e, hoje em dia, ainda estou para perceber porquê. Já ouvi muitas explicações, mas já nem me preocupo. Portanto, saímos da Força Aérea para o Exército.

Costumo contar esta história... É a primeira vez que a estou a contar num ambiente oficial, mas costumo contá-la em grupos de amigos. Eu dei-me bem no Exército e o Exército... Mas eu tinha escolhido uma determinada «senhora» e, depois, fui obrigado a mudar para outra. Não foi por opção própria, mas tive de largar uma e juntar-me a outra. Dei-me bem, felizmente. Como disse, nos Paraquedistas, nem sequer era General, de certeza.

Bom, a vida correu e eu sempre me... Em Timor, quando o Sr. Almirante Cabeçadas era CEMGFA, pus o lugar à disposição, porque estava

aí um determinado Governo e há coisas que eu não admito. Eu trato as pessoas olhos nos olhos, cara a cara, e não admito determinadas coisas. Por isso, pus o lugar à disposição, mas o Sr. Almirante lá me convenceu a ficar. Eu estava em Timor e era complicado. Numa outra situação, pus o papel para a reserva, mas convenceram-me a ficar. Agora, foi de vez.

Bem, vamos aos factos. Custa-me muito... Aliás, ontem, estive a ler na *internet* as razões por que o General Loureiro dos Santos saiu. Ele saiu, entre outras razões, também, porque, para o sistema de forças que se pretendia edificar, não lhes davam os recursos necessários. Eu tenho vindo a dizer isto!

Aliás, quem esteve no último Dia do Exército... Estava a Sr.^a Deputada Berta Cabral... Está aqui... Tenho aqui... Eu disse tudo o que estou a dizer aqui ao Sr. Ministro Aguiar Branco. Está aqui o discurso do Dia do Exército, em Vila Real. Ele não ficou lá para almoçar, depois. Não sei se tinha algum compromisso, mas não ficou lá para almoçar. Portanto, eu digo as coisas na cara. Não falo muito, mas, quando tenho de dizer as coisas, digo-as na cara. E isto foi um acumular de situações.

Agora, vou à... Uso muito uma expressão do George Bernard Shaw de que gosto muito, que é assim: «O silêncio...» Deixa-me cá ver a expressão, que é para não me esquecer, senão o senhor ainda me bate... É assim: «O silêncio é a mais perfeita expressão do desprezo.» E foi isso que senti, quando saí. Calei-me!

Com o Sr. Ministro Aguiar Branco, houve duas ou três situações — a Sr.^a Deputada está aqui — que me... Estou a falar porque é preciso dizer estas coisas! O Sr. Deputado estava a dizer: «Ah, Tancos...» Não! É preciso que isto seja conhecido.

Tive uma reunião no gabinete do Sr. Primeiro-Ministro Passos Coelho, em que estava a área da defesa, estava a área da saúde e estava a área... Bem, estava o pessoal do gabinete e estavam os chefes. A

determinada altura — já nem sei quem é que começou, presumivelmente, foi o Sr. Primeiro-Ministro —, foi passada a palavra a um senhor que agora também está aí, na berra: o Dr. Paulo Macedo, que era Ministro da Saúde.

Havia uma tentativa de juntar a ADM (Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas), a SAD (Serviço de Assistência na Doença da GNR (Guarda Nacional Republicana), a SAD da PSP (Polícia de Segurança Pública) e a ADSE (Instituto de Proteção e Assistência na Doença) no Ministério da Saúde. O Sr. Ministro da Saúde dizia que tinham feito um estudo no Ministério da Saúde e que estava decidido assim.

Os chefes entreolharam-se e perguntaram: «Mas alguém ouviu falar deste estudo?» Não, ninguém tinha ouvido. Portanto, o silêncio... Eu só falo quando tenho de falar — agora, estou a falar muito, já não falava tanto há muito tempo — e disse: «Ó Sr. Primeiro-Ministro, eu já não tenho idade nem paciência para aturar determinadas coisas!»

Sabem o que é que o Sr. Ministro da Saúde disse, na altura? Disse: «Isto vem para cá, com os contribuintes a fazer os descontos para a ADSE, e vocês ficam com os deficientes das Forças Armadas, que é algo vosso, muito específico!»

Os deficientes das Forças Armadas representam, neste momento — atenção, que há deficientes que pagam a ADM —, 20 a 22 milhões... É uma obrigação nossa, de toda a gente do País, pagar para os deficientes das Forças Armadas!

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Ó Sr. General, mas eu perguntei-lhe sobre a questão da sua demissão e gostava que...

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Não, mas já lá vou, já lá vou!... Deixe-me percorrer este caminho rápido.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — O Sr. General dirá o que pretender e o que quiser. Só estava a recordá-lo, para não nos perdermos.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Sim, eu não me perco!

Na altura, estava aí aquele problema do... Como é que ele se chamava? Novo Banco! E eu disse ao Sr. Ministro: «Ah, o Sr. Ministro fica com o banco bom e dá-nos o banco mau!» E digo «banco mau», sem qualquer menosprezo pelos deficientes das Forças Armadas, que respeito bastante.

Depois, houve uma coisa que também me criou uma certa desilusão — e já não falo da Lei de Programação Militar. Fizemos um *briefing* ao Sr. Ministro Aguiar Branco, no Porto, sobre a área de pessoal, em que havia três problemas candentes.

Primeiro, havia o pagamento aos recrutas. Não sei se sabem disso, mas tenho aqui o papel, também... É melhor ler, senão perco-me. Peço desculpa, mas não tenho tudo na cabeça, porque é impossível ter tudo na cabeça. Entre 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2017, os soldados recrutas recebiam, nos 12 meses da recruta — primeiro, era só cinco meses, juravam bandeira e passavam a receber o ordenado —, 190 e tal euros. Agora, dizem que vão dar mais 50 €, mas eram 190 e tal euros. Era preciso arranjar dinheiro e foi-se buscar este dinheiro.

Já não falo de períodos anteriores, porque não fui investigar isso e já nem me lembro. Houve um período em que nem se sabia quando é que começavam as recrutas, os cursos de formação de sargentos e os cursos de formação de oficiais. As pessoas perguntavam aos centros de recrutamento e a gente não dizia: «As Finanças ainda não autorizaram!»

Depois, dissemos isto também ao Sr. Ministro Aguiar Branco. Fizemos um programa de recrutas, Academia Militar, Escola de Sargentos,

etc. Passámos a fazer as admissões condicionalmente, porque, normalmente, o despacho aparece no fim do ano. No ano passado, vi uma notícia nos jornais, porque vou lendo, que dizia: «O Exército é reforçado com 2500 homens». E eu: «2500 homens?!»

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Ó Sr. General, mas tratamos disso mais à frente. Sobre esta questão da sua demissão, volto a colocar-lhe a pergunta e faço um ponto de ordem à Mesa, para o Sr. Presidente interferir com o Sr. General.

Fui militar, também, durante dois anos. Tive muito orgulho em ser militar e continuarei a sê-lo. Sei essas questões e também sei quanto é que recebi. Foi há muitos anos, quase há 40 anos, portanto, já há muito.

Nunca me cruzei com o Sr. General, mas queria que fosse mais objetivo nas respostas às minhas questões.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Eu já lá chego!...

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Não é a questão de lá chegar...

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Está bem, eu chego lá! Eu sei onde é que o Sr. Deputado quer chegar.

Comecei a cansar-me de pôr as questões e elas não serem resolvidas. Depois, chegou o Sr. Ministro Azeredo Lopes, que fez uma coisa que já referi aqui: ele quis interferir na minha área de competências e quis mandar tirar o diretor do colégio. Depois, nem sequer teve a coragem de falar comigo, telefonou-me a dizer que ia mandar umas perguntas para eu responder. Escusava de ter mandado as perguntas porque ele já tinha dito à imprensa que ia mandar as perguntas, às quais respondi.

Portanto, achei — aliás, se forem ver o documento que fiz internamente no Exército — que não tinha condições para continuar. O Sr. Ministro ou me punha fora, se achava que eu não era capaz para o lugar, ou então saltava eu fora, pronto! Esclareci a dúvida do Sr. Deputado?

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sim, com objetividade.

O Sr. General estava no comando da Brigada de Reação Rápida em 2007, pelo seu *curriculum*, ano em que foi decidido que o efetivo militar a afetar à segurança dos PNT, dos Paióis Nacionais de Tancos, passava a ser de oito homens: um sargento, um cabo, seis soldados, e que a Brigada de Reação Rápida passaria a ser uma entidade primariamente responsável pela segurança dos PNT.

Vou fazer-lhe quatro ou cinco perguntas, às quais gostava que me respondesse: como avaliou, na altura, o estado dos Paióis Nacionais de Tancos?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Eu desloquei-me aos Paióis mas, nessa altura, foi mais com a preocupação das instalações onde estava o pessoal e para criar condições de melhoria dessas instalações.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Do que viu nessa altura existiam já deficiências e lacunas dos meios complementares de videovigilância e das instalações?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — É natural que sim. A esta distância não me recordo, mas é natural que sim. Admito que sim.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Considera que este efetivo era o suficiente para garantir a segurança dos Paióis Nacionais de Tancos?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Então sobre os efetivos tenho aqui ouvido conversas e perguntas e vou desmistificar as coisas.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — É para ficarmos esclarecidos de vez.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Não, eu já disse o que está a guardar o Paiol de Santa Margarida neste momento: uma Secção. Tem mais uns homens do que tinha Tancos.

No meu período, com o nível de ameaça, com os recursos disponíveis, os Paióis de Tancos não foram roubados, ponto! É um facto.

Agora vou dizer outra coisa para corrigir aquilo que têm dito aqui: dizem que tiveram 44 homens, 40 homens, o caneco, blá, blá, blá... Nunca tiveram! Dei-me ao trabalho de ir à Escola Prática de Engenharia, que era a antecessora, e fui buscar ordens de serviço. Não fui buscar todas com o detalhe do serviço, tenho aqui quatro. Não fui buscar os anos todos porque dava trabalho aos camaradas irem lá aos arquivos.

Os Paióis de Tancos sempre tiveram 8 homens a guardá-los! Foi o General Palma que deu a ordem e não o Coronel Tavares, como aparece aí nuns documentos. O Coronel Tavares assinou o papel que deu a ordem. Então, mas o escriba é que é o responsável? Estamos na carga da Brigada Ligeira, o escriba é responsável pelo desastre?

O General Palma era um indivíduo competente. Vou ler-lhes o detalhe das ordens de serviço: «1996, guarda aos Paióis — 1 segundo sargento, reserva — 1 furriel; praças — 1 cabo, 6 soldados CCS (Companhia de

Comando e Serviços)» 40?! Mas quais 40, qual quê! Brincamos?! Redução de 75%!! Sabem quanto reduziu o efetivo do Exército desde essa data até agora? 82%! Brincamos!

Espere, que eu continuo a ler: «24 de janeiro de 2000, detalhe de serviço, escalados para guarda aos Paióis — um primeiro-sargento, não vale a pena dizer os nomes; reserva — 1 primeiro-sargento; guarda aos Paióis — 1 cabo, 6 soldados CCS»; «detalhe de serviço de 2005, guarda aos Paióis — 1 segundo-sargento, 4 soldados e 2 reservas»; «janeiro de 2006, guarda aos Paióis — 1 sargento, 6 praças...», nem está o cabo. A maior parte são da CCS, mas já há aqui também pessoal do Batalhão de Engenharia.

Portanto, Srs. Deputados, de uma vez por todas e lá para fora: nunca houve, que eu saiba, posso ir ver as ordens todas, mas sempre foi este o efetivo de guarda aos Paióis. Eram todos burros? Olhe, passaram a generais brilhantes na Escola Prática de Engenharia e ocuparam cargos importantes na GNR, na Presidência da República e no Exército.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. General, recebeu relatórios a dar conta das situações menos positivas dos Paióis Nacionais de Tancos por parte das quatro Unidades que assumiam as rondas. Reportou superiormente essas lacunas?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Eh, pá, ó Sr. Deputado, não vou conseguir, a esta distância, responder-lhe a isso. Quer dizer, não vou conseguir...

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Certamente!

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Na parte militar é assim... E volto a dizer aquilo que o General Serafino disse:

os Srs. Deputados olhem para o País e vejam qual é a infraestrutura que tem 8 militares armados com espingarda e pistola que fazem a guarda do espaço. Deviam ser quantos?!

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Não sei, não faço ideia!

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Já agora, digo outra coisa, estamos aqui a falar e é para as coisas ficarem bem assentes: eu não sei como foi o roubo dos Paióis de Tancos. Para mim, tal como na arrecadação dos Comandos, tem de haver conivência lá de dentro.

Como é que desapareceram as *Glock* da Polícia? Conivência lá dentro, segundo o que diz na imprensa, não estou a afirmar, estou a reportar-me ao que diz na imprensa.

O meu pai era militar, foi soldado, cabo, sargento, a base do meu pai, quando não estava nos Açores ou noutras unidades, ou no Ultramar, era Tancos. Sabem que, em março de 1971, foi feita uma sabotagem pela ARA, Ação Revolucionária Armada, em Tancos. Destruíram, total ou parcialmente, 28 aeronaves e helicópteros e aviões ligeiros que estavam lá num hangar porque o outro estava em reparações.

Um dos elementos desse grupo operacional, que, se calhar, ficava bem em qualquer equipa das Forças Especiais ou dos Comandos ou dos Paraquedistas, era militar de Tancos, cabo especialista instrutor de helicópteros — conivência lá de dentro.

Já conheci aquela Unidade dos tempos do meu pai com quase 2000 homens. Não sei qual era a segurança que tinha, mas de certeza que tinha muita gente de segurança pois era no tempo do serviço militar obrigatório. Entraram lá, fizeram a sabotagem e foram-se embora.

Não falo da banca portuguesa porque não me diz respeito, mas quando o pilha galinhas está dentro da capoeira...

Risos.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. General, como Inspetor-Adjunto do Exército fez alguma inspeção aos Paióis Nacionais de Tancos?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Não. E explico porque é que não fiz inspeção: saí da Brigada, fui colocado como Inspetor-Adjunto do Exército, em que só fiz uma coisa enquanto tal, que foi a certificação da Brigada de Intervenção para o *Battlegroup* da União Europeia. Trabalhámos com uma equipa internacional, da qual eu era chefe, com italianos, espanhóis, franceses e portugueses e fizemos a certificação em Civita Vecchia, em Itália. Portanto, fiz exclusivamente isso.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Mudando para os investimentos, que o Sr. General já fez referência às três áreas, e, portanto, queria só que aprofundássemos mais estas questões. Enquanto Chefe do Estado-Maior do Exército foram aprovados projetos de investimento em termos da reestruturação do Exército e cito até o Sr. General numa entrevista que deu e que também aqui já falou sobre a Reforma 2020. Se não estou em erro, foi em 2016 que deu essa entrevista, já não me lembro, mas posso ver pois tenho-a aqui comigo.

Nessa entrevista o Sr. General diz que a Reforma 2020 é um processo e não um momento e diz também que os processos de reconfiguração dos sistemas de forças de racionalização de recursos e de ajustamento de efetivos estão a decorrer ao seu ritmo, de acordo com o planeado.

Quais eram, na altura em que era Chefe do Estado-Maior, as prioridades em relação a obras — já falámos nas outras, de material, de carros, de armas, de pessoal, de militares. Mas quais eram as prioridades

também em relação aos Paióis de Tancos? Já abordou uma das prioridades, mas gostava que falasse mais sobre essa questão e dissesse, dentro de todos os paióis que havia, que eram importantes, aquele é muito importante, que é um Paiol Nacional, e qual era a prioridade e que projetos é que o Sr. General deixou, porque deixou projetos, em relação ao investimento que era preciso fazer.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Estão aqui nos planos de atividades. Eu já disse que os Paióis começaram a aparecer, ainda sem financiamento, em 2015 e em 2016. Não tenho mais nada a dizer sobre isso.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. General, posso dizer que a segurança é na proporção da ameaça?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Sim.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Posso dizer que o número de militares destacados no terreno de serviço efetivo que se encontravam no Paiol sempre foram proporcionais à ameaça, porque nunca houve outra.

A Brigada de Reação Rápida tinha como funções a guarda e a gestão dos Paióis, é verdade?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Sim.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Conhece as orientações e normas relativas à segurança física dos Paióis de Tancos, as várias instruções, tudo isso? Conheceu?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Sr. Deputado, não me pergunte isso. Quer dizer, tenho gente que trata disso, confio nos meus subordinados, não me vou preocupar com essas questões de pormenor. Quer dizer...

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Então, gostava de falar aqui dos estados de segurança: Alfa, Bravo e Charlie, e aí quem é que define esses estados de segurança e qual era o estado de segurança normal de um paiol, como o de Tancos?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Não é de um paiol, é de todas as unidades! É estado Alfa! Só se houver um aumento da ameaça é que passa a Bravo! Houve um comandante que disse aqui que nos exercícios, lusitano ou lusíada, já não me lembro, lusitano é com os espanhóis, é lusíada, que é o do EMGFA (Estado-Maior General das Forças Armadas), testamos várias vezes a variação do estado de segurança. O pessoal reforça as guardas, não sai dos quartéis, passa a revistar as viaturas que saem da Unidade, etc., há uma série de normas.

Agora, ninguém vai pôr... Aqui há dias ouvi alguém dizer, não sei quem, disseram-me: «Então, hoje, com o ambiente internacional e não sei o quê e o Daesh» ou o caneco. Então, mas agora eu ligo-me pelo Daesh e pelo ambiente internacional?! Estava tramado, ó caneco!

Olhe, vou aqui só contar uma: durante quase três anos fui Chefe do SISMIL, Sistema de Informações Militares. Um dia até estive para ser multado por um polícia, ali no Cais do Sodré, porque eu estava a atender o telemóvel, que a situação era crítica: havia um chefe de gabinete de um Sr. Ministro, que não digo quem é, a dizer-me: «Eh, pá, temos que acionar a FRI (Força de Reação Imediata), pá, pôr em alerta e mandar para a Guiné». E eu: «Fogo, pá, mas vamos mandar a FRI para a Guiné porquê?». Respondeu-me:

«Eh, pá, tenho aqui um relatório...» — não digo de quem é o relatório — «... e que...», respondo: «Oh, pá, eu tenho quatro homens no terreno: um adido militar, um major que está nas Nações Unidas, um sargento que está na cooperação e um tenente-coronel que é empresário na Guiné, cruzei a informação deles e não vai haver nada nos próximos tempos».

Não podemos acionar as coisas só porque acha que... Não, tem de haver alguém, o EMGFA tem de nos dizer para alertarmos o estado de segurança e aí, se calhar, alguém diz ao EMGFA, não sou eu, por alta recriação, que altero o estado de segurança! Até posso ser punido por isso.

O Sr. José de Matos Rosa (PSD): — Portanto, a pergunta que eu tinha é quem é que determina o estado e a mudança da segurança em qualquer instalação militar.

O Sr. Gen. Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo: — Para mim, é o EMGFA, é Exército, para o EMGFA, não sei quem determina. Claro que há outras entidades a nível da segurança interna que têm responsabilidades, não é?!

O Sr. José de Matos Rosa (PSD): — Os estados de ameaça são determinados por cruzamento, como já referiu, de informações de várias entidades militares e outras, É assim?

O Sr. Gen. Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo: — Sim.

O Sr. José de Matos Rosa (PSD): — Numa entrevista que deu, o Sr. General refere — tenho aqui a entrevista...

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Já é bem antiga!

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — O senhor conhece isto melhor do que eu.

Dizia na entrevista, o Sr. General dizia: «Do ponto de vista institucional, a representação das Forças Armadas no sistema de segurança é assegurada pelo CEMGFA no Conselho Superior de Segurança Interna. Este Conselho é um órgão interministerial, de audição e consulta em matéria de segurança interna e é presidido pelo Primeiro-Ministro. Deste órgão faz também parte o Secretário do Sistema de Segurança e Informação, entidade com a qual o CEMGFA deve articular operacionalmente a colaboração das Forças Armadas em matéria de segurança interna». Gostava só que me explicasse como é que isto funciona, porque sou um leigo nesta matéria, não tenho a escola da Comissão de Defesa.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Não vou explicar isso porque nem estive lá, nunca entrei nesse âmbito.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Mas o senhor fala aqui bem disso nesta entrevista.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Essa entrevista? Eu a falar disso? De certeza que não é meu.

Risos.

Não é meu, de certeza! Não!

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. Presidente, espero que o tempo não esteja a contar, nem vale a pena pô-lo a contar, porque eu só ia dizer ao Sr. Presidente que poderei dar a entrevista do Sr. General Carlos Jerónimo, Chefe do Estado-Maior do Exército, 1.^a parte, ao *Operacional*?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Está bem, essa foi. É verdade, peço desculpa.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Em 27 de agosto de 2015.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Peço desculpa, mas não...

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Era só para fazer referência, por isso é que pedi para não...

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Mas não faço ideia. Não...

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Gostava que me explicasse como é que isto funciona e como é que, depois, são dadas as ordens assim...

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Agora não consigo explicar, porque não...

É articulado... Se houver um nível de ameaça é passada essa informação às forças armadas, mas, como tive oportunidade de ler aqui ao Sr. Deputado, aqui está 5 de julho, depois do roubo, não aumentaram o nível de ameaça... Então, se depois do roubo não aumentaram o nível de ameaça acha que aumentavam o nível de ameaça antes do roubo?

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Muito obrigado, Sr. General, pelas explicações que tem dado e volto a outra questão: acha que os coronéis comandantes das Unidades deveriam ter sido exonerados temporariamente, como foram?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Eu já não volto a responder a essa questão, porque eu já disse, já sabem como é que eu procedo... Eu não tenho os dados todos para decidir; cada comandante decide de sua maneira...

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Acha que um militar daqueles experientes seriam um entrave às investigações?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Ó Sr. Deputado, isto é fazer a pergunta de várias maneiras...

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — É o meu papel, Sr. General.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Eu sei, eu já respondi ao Sr. Deputado...

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — O Sr. General respondeu o que tinha a responder ao Sr. Deputado, mas a mim...

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Mas eu vou dizer: eu nunca vi, em 43 anos de serviço militar, afastar alguém para fazer investigações. Pronto! Eu já disse isto! Para que é que estamos aqui a repetir?! É clarinho como água!

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Porque eu preciso que o senhor repita. Só por isso, mais nada.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Está bem!

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. General, este processo todo – já o referiu, mas eu gostava que explicasse melhor –, no pós desaparecimento das armas, e eu não lhe chamo roubo nem furto, nem nada disso, foi mal gerido quer da parte militar quer da parte política do próprio ministro.

Eu posso dizer que – e o Sr. General só responde se quiser – a única pessoa quem andou sempre com o passo trocado foi o Ministro da Defesa Nacional?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Eu não faço conjecturas dessas nem tenho os dados todos.

O que eu digo, aliás, já o disse, é o seguinte: naquela situação eu acho que toda a gente devia ter mais ponderação. Não se sabia as contas, deixava-se correr a investigação e, depois, claro, reforçavam-se as medidas de segurança, tomavam-se as medidas que foram tomadas, mas estar logo a aventar hipóteses, se foi assim, se foi assado, se foi isto, se foi aquilo, se... Acho que não adiantou nada e só contribuiu um pouco para denegrir a imagem das forças armadas.

Eu o que teria recomendado quer a uma parte quer a outra teria sido mais recato. E não estou a dizer que este foi mais responsável do que aquele... Era mais recato! Volto a dizer: eu, que sai do Colégio Militar, ouviram-me falar? Zero!

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Não, foi o Sr. General que disse que a gestão político-militar tinha sido desastrosa, por isso lhe pedi um comentário.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — E continuo a dizê-lo!

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. General, foi um prazer.

Obrigado pelas respostas que me deu e veremos, de seguida, se faremos ou não a segunda ronda. Agradeço a disponibilidade que teve nas respostas que deu.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasconcelos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o Sr. General por esta audição e pelas respostas que já nos deu.

Sr. General, gostava que confirmasse – em princípio, será assim – a Brigada de Reação Rápida, tal como a Brigada Mecanizada e a Brigada de Intervenção fazem parte da componente operacional do sistema de forças do Comando das Forças Terrestres. Confirma que é assim?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Sim.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. General, relativamente aos acontecimentos de Tancos, considera que esteve em causa a segurança do País?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Está aqui a resposta do Conselho Superior de... Não alteraram o estado de segurança; então, quem sou eu para desmentir estas entidades que estão aqui?

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Relativamente a essas informações que recebemos da parte do Ministério da Defesa Nacional parece-me que o Sr. General considera que algumas dessas informações não serão as mais apropriadas, não serão as corretas. Não? Estou a tirar ilações erradas?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Quer dizer, eu não vou agora entrar em pormenores, que já nem me lembro...

Eu digo que quase que apanhei uma apoplexia aquando do roubo e pelo que se seguiu depois... Eu não sei se são corretas ou incorretas, mas afirmações que se fizeram do que o material não valia nada, de que custou 38 000 € que já não era utilizável, que já podia ser utilizado... Tinham-se calado! Ponto!

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. General, mas o que eu lhe digo é o seguinte: relativamente a essas informações que estão aí – e que o Sr. General leu, tão bem como nós – considera que elas são fidedignas? Estão corretas essas informações?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Peço desculpa, não estou a entender. Eu sou paraquedista e de infantaria B, tenho alguma dificuldade...

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Volto a repetir: as informações que aí estão neste documento sobre Tancos...

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Neste?

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Exatamente.

O Sr. General considera que são informações corretas da parte do Ministério da Defesa Nacional? Considera que estão certas?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Estão aqui coisas que são asneira! Já disse aqui algumas delas...! Já disse da redução de 75% de efetivos! Quer dizer... Mas quem é que inventou isto? Não sabem fazer contas, ó caneco...! Mas alguma vez tiveram 40 indivíduos lá em Tancos, ó caneco? Vão ver os detalhes das ordens de serviço à Engenharia...

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. General, à partida, há alguma gravidade naquilo que o Sr. General afirma.

Então, as informações que foram dadas aos Deputados nesta Comissão de Inquérito e que nós recebemos da parte do Ministério da Defesa Nacional, à partida, não estarão totalmente corretas? É assim, Sr. General?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Não. Vamos lá ver: eu li isto, este documento, e há aqui coisas que eu nem sei se estão corretas nem digo que estão incorretas.

Fui atrás de algumas coisas que me pareceram estranhas, como esta dos efetivos. Esta não está correta! Agora, as outras admito que estejam corretas, Sr. Deputado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Voltando à questão do sistema de videovigilância de Tancos.

Foi aqui afirmado por vários comandantes, também está plasmado nesses documentos e noutros, que o sistema de videovigilância tinha os sensores avariados logo no início do século, depois passaram a ficar obsoletos, inoperacionais e irreparáveis.

Portanto, existia um conjunto de lacunas e deficiências desde para-raios que não funcionavam, à rede periférica, que também tinha diversas anomalias, as reestruturações, que terão existido pelo Comando das Forças Terrestres, em 2007, à partida, o Sr. General diz que não foi bem assim...

Pergunto: o Sr. General, quando assumiu o Comando das Forças Terrestres, sabia exatamente que todas essas lacunas existiam?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Sim.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, isto em 2012. Sabia que existiam essas lacunas?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Eu já disse, eu já expliquei aqui. Essa informação foi passada, está aqui escrito, à DMT.

Quando acontece uma coisa dessas, nós não vamos comprar à loja do chinês... Foi feito um estudo, demora o seu tempo e é preciso arranjar verbas – aliás, a reparação do sistema de segurança em Tancos foi metida no Plano Anual de Obras de 2015 e também no de 2016.

Sr. Deputado, as coisas não... Eu gostava que as coisas acontecessem de repente, mas não acontecem! Eu já aqui disse várias coisas... Já falei que andamos à espera desde que a Força Aérea saiu de Tancos de verba para...

O Governo do Sr. Ministro Aguiar Branco pôs lá uma verba de 1,8 milhões de euros para reparar a ETAR de Tancos, que está avariada desde que a Força Aérea saiu de lá em 1994. Depois, no ano a seguir, já não constava lá... Quando é que vai ser reparada a ETAR de Tancos? Nem eu sei!

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — O Sr. General afirmou, há pouco, tendo em conta a Reforma 2020 do Governo anterior, que mantém-se a componente operacional e reduz-se a componente fixa.

O Sr. General pode pormenorizar um pouco mais o que é isto de componente operacional e de componente fixa?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — A componente fixa representa as unidades, estabelecimentos e órgãos que estão espalhados no País.

Depois, dentro dessas Unidades, existem Unidades Operacionais, que constituem a componente operacional, que não são só as três Brigadas, mas também as forças de apoio geral – a Escola Prática de Engenharia não está inserida. O Regimento de Lanceiros n.º 2 e Regimento de Transporte fazem parte das forças de apoio geral, e essas Unidades estão lá.

A missão dos Regimentos é ter essas Unidades prontas para, quando são chamadas, puderem responder ao chamamento – é isso que faz o regimento. Preparam as unidades para responder ao chamamento, quando são necessárias.

Sobre a componente fixa... Já agora, quero dizer que tentou poupar-se efetivos na componente fixa, dada esta redução gritante de efetivos...

Já agora, só para os Srs. Deputados terem uma noção, porque é bom saber estas coisas e isto também serve para troca de informação: o Exército – e isto são dados recentes – neste momento, tem 6347 oficiais e sargentos e 5535 praças e 812 graduados, ou seja, mais 12% graduados que praças; o

Exército equivale a 52,5% do efetivo da GNR; o Exército equivale a 51,1% do efetivo da PSP; a Força Aérea e a Marinha juntas têm mais efetivos que o Exército, ou seja, somando a Marinha a Força Aérea, o Exército tem menos 15% dos efetivos.

Eu moro no Entroncamento, que é o segundo concelho mais pequeno do País em área depois de São João da Madeira, e o Exército vale 56% da população do Entroncamento e se – eu não sou benfiquista, sou simpatizante do Sporting –...

O Sr. Eng.º **José de Matos Rosa**: — Tem bom gosto!

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — ... quiséssemos encher o estádio da Luz precisávamos de lá por 5,5 vezes o Exército. É este o estado em que o Exército está!

Peço desculpa, mas, agora, perdi-me no meio disto tudo, mas o Sr. Deputado tinha-me feito uma pergunta da qual já não me lembro.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Também já não me lembro, Sr. General...

Risos.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Depois vê a gravação!

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Já agora, que estamos aqui, faço mais um desafio.

Eu fui ver os efetivos do Regimento de Paraquedistas, a tal unidade que agora tem 207 homens, fui ver os da AMT, onde está o Comando da Brigada, o Estado-Maior da Brigada, a Unidade de Apoio da Brigada, vi em

oficiais, sargentos e praças e depois vi só em praças: o AMT, que coordena os Paióis de Tancos, funciona com – e imaginemos aqui, e perdoem-me a comparação, a Assembleia da República – 47% dos efetivos. A Assembleia da República tem os seus Deputados e tem funcionários, os funcionários que trabalham lá são 33%. A Assembleia da República funcionava com estes números? Os Srs. Deputados dir-me-ão!

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. General, estávamos a falar sobre se o Sr. General conhecia as lacunas e deficiências que existiam no sistema de videovigilância quando assumiu a funções de Comandante das Forças Terrestres e o Sr. General disse que conhecia.

Não acha que estranho o facto de – e nós consultámos diversos relatórios e outros documentos em 2013, 2014, 2015, 2016 – se mencionar todas essas lacunas, todas essas deficiências em Tancos, referindo que aquilo não funcionava, que estava tudo inoperacional, que estava obsoleto, tendo em conta esta infraestrutura de uma grande sensibilidade militar, porque tem lá armazenado muito material de guerra, explosivos, o facto de os responsáveis não terem dado as suas prioridades para aquela infraestrutura.

O Sr. General não acha que o País, os responsáveis políticos deveriam ter orientado, de facto, essa prioridade, exatamente para aquela estrutura, tendo em conta, também, a falta de recursos, o pouco dinheiro que existia, enfim, por uma questão de prioridades? A que se terá devido isso? Será que não consideraram Tancos como uma prioridade?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Eu respondo por mim, pelos outros não respondo.

Já disse aqui que, no plano de obras de 2015-2016 — é consultável — , já estavam previstas as obras nos paióis de Tancos e que elas já se estavam

a fazer. Gastaram lá ... Para fazer uma obra daquela envergadura, o Exército não tem condições. Vamos fazendo, à medida... Vamos fazendo.

O Sr. Deputado, está falar-me... Posso citar-lhe montes de coisas, por todo o País, que é preciso fazer. Por exemplo, tivemos de apropriar umas instalações no porto para receber as chaimites das comunicações, as chaimites, não, perdão, as *pandur*.

As *pandur* necessitam de estar cobertas por telhado e de estarem permanentemente ligadas à energia elétrica. Foi preciso pegar numa infraestrutura antiga, porque elas estavam a chegar, para se fazer isso.

Há montes de coisa para fazer em todo o País!

Conheço uma Unidade que esteve sob o meu comando, aliás, várias, em que, por exemplo, não conseguia substituir a rede de águas. E tiro aqui o meu chapéu a muitas câmaras municipais, onde estamos instalados, que nos dão uma colaboração preciosa nas obras.

Quanto a redes periféricas de uma Unidade, também não digo qual, nem sei se já está reparada, a iluminação periférica esteve anos sem funcionar.

Noutra Unidade, que precisava de telheiros para as viaturas, porque se as viaturas estiverem à chuva, ao vento e ao sol degradam-se, que custavam quase um milhão de euros, foi-se adiando sucessivamente as obras. Eram inscritas no plano de obras, mas não aparecia o dinheiro para se fazerem.

Quando cheguei lá com o General Serafino, que vinha com a experiência da Brigada, com o DMT, que já não está em funções — aliás, já saiu um e já saiu outro —, decidiu-se atacar o problema de Tancos com os recursos que tínhamos disponíveis e estávamos a resolvê-lo. Entretanto, os paióis foram roubados, pronto!

Agora, o Sr. Deputado não me pode perguntar o que se passou para trás. Não sei o que é que se passou para trás.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Aprofundando um pouco mais essa matéria, incluindo, também, o projeto SICAVE, que o Sr. General aqui já referiu, Em 2015, por exemplo, foram assinados diversos contratos, envolvendo 400 000 €, pelo menos, tendo em conta a documentação que consultámos, e quatro Unidades, nomeadamente a PM 042 – Lisboa, Quartel de Sapadores; Quartel n.º 2 da Amadora; Vila Nova de Gaia, Quartel Serra do Pilar; e Escola de Armas de Mafra.

Depois, ainda houve outro, em 2015, envolvendo a Direção de Comunicações e Sistemas de Informação, em Lisboa. Depois, ainda houve mais dois, envolvendo a Orquestra Ligeira do Exército, o Centro Militar de Eletrónica de Paço d’Arcos e outro do Estado-Maior do Exército. Mas, sobre Tancos, não foi feito nada em 2015.

Podemos concluir, efetivamente, que Tancos não era uma prioridade.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Sr. Deputado, não pode concluir nada disso. Quer dizer, Tancos é prioridade, como o são as outras Unidades do Exército. Já lhe disse...

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Mas não foi envolvido neste projeto SICAVE, em 2015?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Agora, não estou a ver esse documento... Mas também o tenho para aí. Muitas coisas dessas dizem respeito ao plano de reestruturação da componente fixa do Exército.

Já disse que estava lá! E começou-se a fazer as obras... Estavam, ou não, a fazer-se as obras em Tancos? Aquilo estava esquecido? Não! Esteve esquecido durante uns tempos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Mas, o certo é que, em 2015, não foi envolvido.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Eu respondo pelo meu período, pelo período anterior não respondo.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Relativamente às punições que se verificaram, fruto dos acontecimentos, o Sr. General considera que elas deveriam ter ido um pouco mais além?

Dizendo de outra forma, será que essas punições significaram algum alívio para a instituição? Ao fim e ao cabo, a situação manteve-se na mesma.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Não. Vamos lá ver, Sr. Deputado, honestamente, não me pronuncio... Eu tenho a minha maneira de comandar, sempre tive, que é um comando de proximidade.

Já disse aqui, pode escandalizar... Se fosse agora, já estava preso em Tomar, mas eu tenho uma vantagem: é que o Estabelecimento Prisional Militar é em Tomar, eu sou natural do Concelho de Tomar, estou lá perto, não fumo cigarros, mas a minha mulher rapidamente me leva...

Eu não me pronuncio sobre a ação de comando de outro comandante, porque, quando ele julga, ele tem dados que eu não tenho. Eu não posso fazer juízos de valor sobre... Porque eu não tenho todos os dados!

Imaginemos que estamos num tribunal. Tantos casos que aparecem aí em que um indivíduo comete um crime e dizem: «Eh pá, só levou aquela punição!» Há atenuantes? Como é que era o indivíduo antes? Será que devemos ter isso em conta? Não sei, não faço ideia!

Eu digo-lhe: eu só puni... Cabem nos dedos de uma mão os indivíduos que eu puni: foi um sargento e dois ou três praças! Quase nunca precisei de punir ninguém.

Não vou fazer juízos de valor. Isso tem de perguntar a quem veio cá, a quem fez as punições, se acha que as punições são adequadas ou não. Ele, se calhar, achava. Eu não tenho nada que achar. Não me pronuncio sobre isso.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sobre o material furtado, de acordo com o que veio a público, considera que tinha uma elevada perigosidade, ou não? Que efeitos poderia ter, caso fosse espoletada, alguma explosão?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Tenho aqui a lista do material. Já não sei qual é, mas tenho a lista do jornal espanhol, aquela que apareceu logo em primeiro lugar. Este material dá para fazer estragos enormes!

Cargas de corte?! Podem cortar uma ponte metálica, podem cortar uma linha de caminho de ferro. Não sei se eles tinham guardado aquilo à espera que fizessem o TGV...! Mas estão um bocado atrasados, tinham de guardá-lo muito tempo.

O material era todo passível de ser utilizado. Não estou a dizer em pormenor, porque não estou a ver, mas cargas de corte, os LAW. Os LAW, quando há falhas de disparo, são utilizados nos cursos de sapadores — por isso é que esse material estava nos paióis do Regimento de Engenharia, não sei se estiveram lá no tempo da Escola Prática de Engenharia — ...

O Sr. **Jorge Machado** (PS): — Para treino!

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — ...para treino de engenhos explosivos improvisados.

A gente aproveita tudo, o máximo que puder! Portanto, tudo serve para utilizar: petardos de ... Então, a gente não vê os filmes na televisão, o C-4 Plástico. Eu nem sei se roubaram detonadores, mas também iam a uma pedreira e roubavam os detonadores.

Portanto, aquele material fazia os estragos que a gente quisesse! E, vamos lá ver, os estragos, como o Sr. Deputado sabe muito bem, podem ter mais impacto ou menos impacto, dependendo contra quem são utilizados e onde é que são feitos, não é?

Se for num campo, no Alentejo, matam dois trabalhadores rurais, não tem tanto impacto. Se for aqui, na Assembleia da República ou numa cerimónia oficial e matam uma série de personalidades tem muito mais impacto.

Aquele material poderia provocar estragos, não era inócuo! Mesmo aquele que, digamos, não se utilizava, porque podia ter problemas e resultar em acidentes quando se disparasse, era passível de ser utilizado por qualquer pessoa que quisesse fazer danos em infraestruturas, em pessoas, etc.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Considera que poderá ter havido erros, a nível de inventário, também?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Isso, não sei. Não vou responder a isso, porque não sei, Sr. Deputado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. General, então faço a pergunta de outra forma: pode acontecer haver erros a nível do inventário do material?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Vou dizer uma coisa que é informação A1: do material que estava nos outros paióis, que estava dependente do Depósito Geral de Material do Exército, quando foi a transferência do material, não faltava um item! Um item! Bateu tudo certo!

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Muito obrigado, não tenho mais questões a colocar.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia, do CDS-PP, nos mesmos termos.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, obviamente, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o Sr. General e sublinhar o seu *curriculum*. Os *curricula* contam o que contam e o Sr. General não o valorizou muito, mas, para quem não acompanhou o percurso, é através dele que o podemos conhecer. Como fiz ontem em relação ao Sr. General Serafino, queria felicitá-lo por uma folha extraordinária e exemplar de serviço como militar, coisa que muito apreciamos e respeitamos.

Em segundo lugar, queria também cumprimentá-lo pela frontalidade que tem tido perante a Comissão. De resto, já nos tinha sido dito que essa era uma das suas características, a sua forma de ser e de estar.

Digo também que compreendemos a sua opinião, mas o método de uma Comissão de Inquérito tem de ser este. Temos de fazer as perguntas e procurar as respostas. Há pessoas que têm mais ou menos jeito, mais ou menos talento. Isso não revela nada da sua qualidade, nem como pessoas nem como militares.

O resto já são outros domínios, outras esferas, que são como são. Às vezes são muito injustas, mas fazem parte do mundo em que vivemos.

O Sr. General dizia, há pouco, que havia aqui um erro de fundo, em relação à questão dos efetivos e que, de facto, a redução não existiu. Enfim, o erro da parte da Comissão e da parte dos Deputados só pode resultar de um documento, que é oficial e que, para quem... Eu, inclusivamente, já fiz parte há uns anos da Comissão de Defesa, mas não sou, sequer, um acompanhante habitual destas áreas da Defesa.

No entanto, temos um documento que nos foi remetido pelo Ministério da Defesa Nacional no qual se diz que inicialmente estariam previstos, de facto, os 44 homens. É verdade que esse número nunca foi preenchido e a leitura dos vários documentos demonstra-nos isso mesmo.

Mas diz também expressamente que em 2007 houve uma redução de cerca de 75%. Portanto, laborámos aqui nesse erro que o Sr. General, e bem, acabou por desfazer, de alguma forma.

Contudo, é de assinalar que há um documento que nos é remetido e que não está correto.

O Sr. General Fernando Serafino falou nisso ontem, por isso pergunto se esta decisão, que o Sr. General conhece e acompanhou, até porque, se não estou em erro, coincide com o seu início como comandante da Brigada de Reação Rápida em 2007, terá sido, ou não, boa, positiva. Ou seja, a decisão de, perante as dificuldades que todos sabemos que existem em todos os setores e seguramente por todo o Exército, perante a decisão de, a partir daquele momento, serem as quatro Unidades, destacando elas oito homens para a segurança, ainda por cima quando se sabia que o sistema de videovigilância tinha deixado de funcionar, estava obsoleto ou já não podia ser utilizado — o sistema de videovigilância, por si só, não resolve nada, mas obviamente é um auxiliar importante...

Pergunto quem tomou essa decisão e se a avalia ou não como uma decisão meritória.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: —
Trabalhei com essa pessoa. Já morreu, já não está entre nós. Era o General Palma.

Admito que o General Palma tomou a decisão correta. Aliás, os dispositivos já estavam avariados há mais tempo.

Vamos ver: a gente conjuga a parte física com a parte eletrónica. Por exemplo, já estive numa Unidade, em França, que, se calhar, tem as dimensões do paiol... Vou dizer uma coisa que, se calhar, vai espantar, nem sequer tem rede à volta, pá! Tem uma casa, com uma cancela. Depois, nos edifícios críticos, tem sistemas de videovigilância e alarme.

A gente pode fazer a segurança como quiser.

Em relação aos efetivos, não sei qual foi a ideia do General Palma, se é isso que me está a perguntar. Manteve o que vinha do antecedente e já estavam avariados dos equipamentos.

O Sr. Deputado acha que, quando estamos no Afeganistão, ou na FOB Lagman ou na FOB Hutal, na província de Helmand, ou junto à fronteira com o Irão, em Herat, temos algum sistema de videovigilância? Desenrascamo-nos com o que temos à mão! É assim! Quem não tem cão caça com gato! É sempre assim.

E as coisas, infelizmente... Também gostava que as coisas surgissem, mas... Tenho assistido a coisas...

Sr. Deputado, para entrar noutra campo de que também tenho alguns dados, gostaria de dizer apenas que, em determinada altura, houve um Governo — e não me perguntem se é PSD/CDS, para mim, tanto faz! — que decidiu, pura e simplesmente, acabar com os médicos avançados nas Unidades, para poupar dinheiro. Estão a ver as Unidades que temos espalhadas pelo continente e até nos Açores!?

Os militares ou vão ao sistema privado... Ou seja, deixaram de atender os militares na Unidade, a família deles, aquele pessoal, ex-combatentes, os

deficientes que vivem na zona. Ou iam para o sistema privado, pagando, através da ADM ,ou vinham a Lisboa. Faz algum sentido?

Vou dizer outra coisa da saúde militar que é para ficarem também com os números. Assisti a uma cerimónia... Nem digo o nome, é feio dizer, porque quando vou a uma...

Não sei se disse isso alguma vez à Sr.^a Deputada Berta Cabral: temos de deixar — não sou político — de ser o País da primeira pedra, temos de ser o País da última pedra. Não é anunciar que se fazem coisas e depois nunca aparecem. Não sei se está lá a pedra da fábrica de baterias do Primeiro-Ministro Sócrates em Montemor. Se for um bloco de granito daqueles de Estremoz, se calhar está lá. Se for uma coisa pequenina, já a levaram para fazer um muro em qualquer lado. Somos o País da primeira pedra.

Assisti, no que toca à saúde militar, ao lançamento da primeira pedra do Hospital das Forças Armadas. Já sabem, houve muitas convulsões, culpas dos militares, culpas da parte política, toda a gente tem culpa.

Atenção que não estou a dizer que os militares não são responsáveis. Os militares, às vezes, são responsáveis por mandar os pés à parede, mas não está no nosso ADN... Não nos permite o estatuto... Não fazemos greves, não vimos para a comunicação social, etc., mas às vezes apetece, sinceramente. Mas tentamos fazer... Como disse o Sr. Ministro da Defesa Nacional atual e, se calhar, outros também, a Marinha, com os meios que tem, faz milagres. O que é que isto quer dizer? Pensem só nisto.

Saúde militar. Campus de saúde no Lumiar. Agora é que vai para a frente o Hospital das Forças Armadas! Fevereiro de 2014, Engenharia Militar, implosão do edifício. O Hospital das Forças Armadas tem dois blocos operatórios que vêm do tempo do Hospital da Força Aérea. Falei aqui há dias com o Tenente-General que esteve com o Plano Diretor do hospital nas mãos. Esses dois blocos levaram uma pintura e arranjaram o chão até agora. Era para fazerem mais três blocos operatórios, porque acabaram com

a Casa de Saúde Militar, com o da Marinha, etc., para ter capacidade de resposta a toda a gente. Fui lá aqui há dias visitar um coronel que teve um problema de coração. Está lá o terreno. Não sei se tem caracóis, formigas, ou o que é.

Os blocos eram para estar construídos em 2018. Parece que havia um envelope de 19 milhões de euros que nunca foram libertados. O edifício dos blocos operatórios e de outros serviços, 12 milhões de euros. Zero, *n'ka* tem! Acho que nem pagaram ainda à empresa que fez o projeto. O parque de estacionamento, conheço militares que dizem que já nem estacionam lá dentro, porque aquilo passou a ter um afluxo enorme, que era para ser de dois pisos, está lá!

Mas os senhores estão espantados que os paióis demorem tanto tempo a arranjar? Então vamos lá ver quando é que está o hospital pronto. Podiam-se dar aqui milhões de exemplos: de infraestruturas, de armamento, de saúde militar, de IASFA (Instituto de Ação Social das Forças Armadas), de ação social complementar. Então, mas as coisas andam à velocidade que a gente quer ou...

Não sei se respondi à questão.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sim, nalguma medida, Sr. General. Pelo menos, é a resposta que espero de si.

Compreendo o que diz, só que o Sr. General, numa expressão popular bem conhecida, diz que «quem não tem cão, caça com gato». Agora, o problema aqui é que, se me permite uma expressão ainda mais popular, «o gato foi às filhoses».

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Sim.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — As filhoses, neste caso, eram altamente perigosas e explosivas, envenenariam muita gente.

Portanto, esse é o nosso papel nesta Comissão, Sr. General, quer queiramos, quer não.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Exato, Sr. Deputado!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Ou seja, temos de tentar saber se havia cão, se não havia cão, se havia gato, e temos de saber mais uma coisa, Sr. General, ainda há mais duas hipóteses: havia gato e o gato estava a dormir, ou pusemos uma raposa a guardar o galinheiro!

Todas essas hipóteses são possíveis e é com base nessas hipóteses que temos de trabalhar. Mas só conseguimos trabalhar, Sr. General, objetivamente... Ou seja, quais são as hipóteses que pomos em cima da mesa? Efetivos: eram suficientes? Não eram suficientes? Eram suficientes em função do sistema de videovigilância? Já respondeu.

Segunda questão: as obras. Eram possíveis? Eram urgentes? Não eram possíveis? Não eram urgentes?

Portanto, independentemente de um comentário que já percebi que queria fazer, passo em seguida para as suas funções enquanto CFT (Comandante das Forças Terrestres). A verdade é que, quando estive nessas funções e, depois, inclusivamente como CEME, houve um desenvolvimento grande. Se houve um desenvolvimento grande, é porque alguém detetou o problema, eventualmente a Logística. É porque ele foi levantado, chegou a ser introduzido na Lei de Programação Militar e houve vários desenvolvimentos.

Independentemente desse comentário, sem gastar demasiado o meu tempo, pois ainda queria fazer-lhe mais uma ou duas perguntas, pergunto-

lhe como é que foi esse seu acompanhamento e que desenvolvimentos houve, primeiro como CFT, depois como CEME.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Vou repetir aquilo que já disse: quando o General Serafino me levantou a questão, Tancos era preocupação, não pensem que Tancos não era preocupação.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — O General Serafino, na altura, era Logística, não era?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Não. Comandante da Brigada e depois passa para a Logística.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Levanta-lhe a questão na Logística?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Não. Na Brigada, CFT, falei com o DMT. Com ele na Logística, decidimos atacar o problema e são introduzidas pela primeira vez as obras para Tancos em 2015 e 2016. Estavam a ser feitas as obras.

Sr. Deputado, nem sei o que é que se passou para trás, nem consigo dizer, não é?

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — É verdade, Sr. General.

Há pouco — e peço desculpa, o defeito é meu, não é nem seu, nem da sua explicação, nem da menor leitura —, o Sr. General referiu várias vezes verbas e referiu que havia verbas que podiam ser utilizadas. Falou em 40 milhões e disse, depois, que esses 40 milhões não teriam sido, utilizados. Só lhe queria pedir — já sei que o referiu e é precisamente por isso e porque,

para mim, foi alguma novidade — que repetisse ou detalhasse um bocadinho mais a questão dessas verbas que poderiam estar disponíveis e que provinham da venda do edifício de que falou.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Quando falo em verbas, quero dizer que o Governo define determinadas prioridades e nós cumprimos essas prioridades e também podemos alertar para determinados aspetos, é verdade. Mas só estou a dizer que houve verbas que... Vou repetir as verbas...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Da venda das oficinas gerais, não é?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Da venda das oficinas gerais, em que reduzimos substancialmente o preço. Estivemos a pagar à Estamo — ou não pagámos, não sei — 3 milhões de euros por ano e essas verbas poderiam ser utilizadas.

Vou dizer outra que disse aqui: o Colégio Militar Odivelas... Se forem ao documento da Reforma Defesa 2020, o Sr. Ministro disse que poupou no cancelamento do programa das *Pandur*, dos helicópteros e dos navios 1300 milhões de euros e disse que, no assunto do Colégio Militar, poupou 5 milhões de euros. São contas que não sei, não falei com ninguém, mas o edifício...

Para mim, não era prioritária a questão de Odivelas e do Colégio Militar, mas o comboio já vinha em andamento quando cheguei lá. Aliás, ainda falei com a Sr.^a Secretária de Estado, com a Sr.^a Deputada Berta Cabral na altura, mas aquilo, não sei, o Sr. Ministro era... Já estava em andamento.

Custou-me ouvir toda aquela gente e mais! Vou dizer aqui uma coisa que é para ficarem a saber: fui à cerimónia de condecoração do estandarte,

uma condecoração que propus ao Sr. Ministro, a Odivelas e foi uma noite horrível, de choro e ranger de dentes. O titular da pasta da defesa apareceu lá? Zero. Zero. Tomam-se as decisões mas depois não são capazes de dar a cara.

5 milhões: 2,8 milhões custou o edifício feminino do Colégio Militar. Era prioritário? Pff. Mais vai custar, porque não havia verba na altura, 1,4 milhões de euros, o edifício novo gimnodesportivo. O edifício feminino já está lotado. É preciso construir outro edifício. Imagino que seja mais 2,8 milhões de euros ou se calhar mais porque estamos a preços atualizados.

Vou terminar com a cereja no topo do bolo. Não sei se isto é grave de dizer, mas acho que os senhores são responsáveis pela área da governação, por órgãos de soberania, e vou dizer isto.

Sou um bocado...Se calhar foi pela minha passagem na Força Aérea que não me enquadro muito na tipologia dos oficiais generais, sou um bocado diferente.

Os senhores não imaginam... Já nem falo dos helicópteros cancelados pelo Sr. Ministro Paulo Portas, dos EC 635, os nove helicópteros ligeiros. Não consegui descobrir. Isto era lá tão longe que não consegui descobrir o programa, mas fui à *internet* ver, com as dúvidas que pode ter a *internet* e vi que cancelou e pediu uma indemnização de 6,5 milhões de euros — não sei se conseguiu obter a indemnização, não sei quanto é que custou o programa, estou a falar de cor —, porque a empresa que fazia os helicópteros não conseguia a certificação militar.

Olhei para aquilo ontem ou antes de ontem, já não sei, já à noite, e disse: Fogo, eh pá, não posso estar a ver bem». Então o helicóptero nunca teve uma versão militar! Era civil! A gente queria juntar-lhe mísseis e metralhadores e o caraças, pá! Até se dizia na altura que se abria a porta e disparava o míssil! Uma.

NH 90. Sabem a dificuldade que os nossos homens estão a passar na República Centro-Africana? Dava muito jeito lá ter helicópteros para *Air MedEvac* ou para apoio aéreo próximo. Isto porque quando estamos na NATO é uma coisa, quando estamos numa missão das Nações Unidas já não é a mesma coisa. Na missão da NATO temos informações bem trabalhadas e fidedignas. Nas Nações Unidas eles nem querem ouvir falar de informações.

Não digo o preço, que é para não ser escandaloso. Aquilo que gastámos no programa dos NH 90 e aquilo que custou sair do programa... Só vou dizer o preço do sair do programa: 37 milhões de euros. Tudo somado dava para construir uma muralha medieval em Tancos, um fosso com crocodilos, uma ponte levadiça e pôr AOC (*air operator certificate*) no ar!

Oh, pá, não brinquem comigo, pá! Os senhores, a gente anda aqui a brincar com coisas sérias...

Resumindo: Tancos é grave, é responsabilidade dos militares, mas, como disse, não atirem as culpas para cima dos militares, quem não dá os recursos tem de assumir essas culpas também. Somos todos culpados, uns mais do que outros, evidentemente.

Não desvalorizo Tancos, nunca o fiz! Encaro Tancos como encaro as outras Unidades. Srs. Deputados, não posso olhar para Tancos e dizer... Vila Real, não ligo a Vila Real!

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Nunca se esqueça de Vila Real, Sr. General!

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Longe de mim!

Olhe, em Tomar, nunca consegui meter a iluminação elétrica periférica que é necessária para passar rondas! Não havia dinheiro!

Sr. Deputado, não sei se respondi à questão?

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Respondeu, Sr. General, e inclusivamente fez outras considerações que obviamente respeito e que serão do maior interesse.

Mas queria centrar-me na questão de Tancos, que é o objeto desta Comissão e do qual não sairemos. Há outras Unidades que dispõem de sistemas de videovigilância, de facto. O Sr. General pode ter visto muitas que não têm.

Sei, e sobretudo para um comandante operacional, como é o caso do Sr. General, — e isso merece-me o maior dos respetos, acredite —, que se viu nessas situações obviamente tem de pensar que se estivessem à espera de ter o conforto todo não estavam metidos nisso, nem dali saíam, como é evidente, com vida. Compreendo isso, mas o nosso grau de análise tem de ser o da questão do SICAVE.

O Sr. General, há pouco, dizia-nos que o documento que nos foi remetido era contraditório em matéria de SICAVE.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Não.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Foi o que percebi, mas posso não ter percebido bem.

Disse que havia uma contradição no documento em relação ao SICAVE. Pedia-lhe só que detalhasse e me esclarecesse, porque não fiquei esclarecido...

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Vamos ver se tenho as minhas marcações no documento.

Pausa.

Peço desculpa pelo tempo que estou a demorar.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Também temos a noite toda, Sr. General!

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Vou ler o que está aqui, Sr. Deputado, na página 18, «tratava-se de um projeto ambicioso, tecnicamente exigente que propunha recursos humanos, materiais e financiamento avultados, sendo referido que os projetos de intervenção em infraestruturas se repartiam por duas direções, a Direção de Infraestruturas, no respeitante ao projeto e fiscalização da obra de construção civil, e a Direção de Comunicações e Sistemas de Informação, no respeitante à rede estruturada de comunicações, energia socorrida, sistemas de videovigilância e sistemas eletrónicos de controlo de acessos. Estas direções dependiam hierarquicamente do Tenente-General Comandante da Logística e do Tenente-General Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, respetivamente.»

O que isto dá a entender é que estamos a embarcar numa coisa impossível, mas a coisa impossível está a realizar-se!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Está esclarecida a ideia da contradição, na sua opinião.

Ainda sobre isso, no decurso da Comissão de Inquérito e à medida que tenho acompanhado muitas audições, confesso que fiquei com uma dúvida no meu espírito, que não sei se me pode esclarecer ou não, e que é a seguinte: o investimento em Santa Margarida, na sequência da decisão de encerramento de Tancos e da chamada Operação Troia, e, portanto, da

transferência para Santa Margarida, acaba por ter um investimento muito significativo, até devido aos declives do terreno e outras coisas, como nos foi explicado.

Isto significa que, eventualmente, era possível, se calhar com o mesmo investimento ou com menos investimento, ter mantido Tancos, ou seja, Tancos não é uma infraestrutura desprezível, nem que a infraestrutura em si não fosse reparável nem utilizável. O que é evidente há, depois, uma questão política e aí o Sr. General já falou várias vezes em militares, políticos e tal – e já direi alguma coisa sobre isso ao terminar –, mas não é essa a questão, mas dá-me ideia de que a decisão é também, em alguma medida, e tem a ver com a tal gestão política pós-assalto.

O Sr. Gen. Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo: — Eu aí digo a minha opinião sobre Tancos.

Eu não sou de engenharia, moro na região há uns anos, sou de uma aldeia próxima do concelho de Tomar, mas quem pensou Tancos, há uns anos, pensou bem. A intenção de criar Tancos foi para tirar os paióis da cintura, chamava-se o anel de fogo ou anel explosivo da região de Lisboa...

O Sr. Jorge Machado (PCP): — Cintura Explosiva de Lisboa!

O Sr. Gen. Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo: — ... Vale do Forno, Beirolas, Sacavém, Ameixoeira e meteram os paióis em Tancos.

Eu vou dizer uma coisa, por isso é que eu digo que esta Comissão, às vezes, devia ser à porta fechada, só para ficarem com uma ideia: se nós tivéssemos as reservas de guerra que devíamos ter Tancos é necessário, ponto! Tancos é necessário, ponto!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Obrigado, Sr. General, foi claro e foi direto.

Uma última questão e depois uma nota que quero deixar-lhe.

A questão é esta: eu acho que o Sr. General foi claro e não vou, até porque se eu insistir nisso o Sr. General vai dizer que já respondeu e, em alguma medida, já respondeu, portanto já deu uma opinião sobre a gestão, designadamente a gestão mediática que foi feita, porque, supostamente, havia um plano comunicacional e esse plano passou por, primeiro, o material não prestava e era obsoleto, depois, na recuperação, passou por haver uma caixa a mais... Portanto, se havia um plano de comunicação que faria se não houvesse, porque o desastre comunicacional foi total e, certamente, que partilha esta minha ideia.

Por outro lado, também nos disse, a certa altura, a propósito da sua demissão, foi logo das primeiras coisas que disse aqui, e foi claríssimo nisso, que foi uma interferência do poder político, que o Sr. General, na sua missão e na sua função de comando – e isso está absolutamente do meu ponto de vista –, não aceitou nem poderia aceitar.

O que lhe pergunto é o seguinte: pensando neste plano comunicacional, pensando na desvalorização que foi feita de Tancos, numa fase inicial, ou na gravidade de Tancos e pensando nessa ideia de interferência, isso seria ou não padrão, ou seja, a interferência consigo aconteceu uma única vez? Era um padrão? Era uma forma de estar? O que é que nos pode dizer sobre esse relacionamento?

Sr. Presidente, mesmo para terminar, queria ainda dizer uma coisa: Sr. General, partilho consigo as suas preocupações, mas não partilho a ideia de que há um conflito entre políticos e militares e que os militares querem uma coisa e os políticos querem outra...

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Eu não disse isso!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Está bem, mas passou um bocado essa ideia...

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Não, não, não!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — ... a responsabilidade não é só dos militares...

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Então, peço desculpa. Eu já pedi desculpa uma vez ao Sr. Deputado Jorge Machado na Comissão de Defesa Nacional, eu...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Não há necessidade de pedir desculpa; podemos não ter entendido bem...

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Peço desculpa, mas...

O Sr. **Presidente**: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, apenas para terminar, para que não fique esta dúvida, quero dizer o seguinte: Sr. General, há, seguramente, necessidades dos militares e das Forças Armadas, há necessidades de os políticos compreenderem essas necessidades e há necessidade do País de as perceber e de as entender e, se calhar, esta questão,

tal como a questão de Tancos, não é só uma questão de uns ou de outros, é uma questão do País e, por isso, é que estamos aqui todos e ela tem a gravidade que tem.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Eu volto a frisar, peço desculpa, mas não fiquem com a ideia de que... Eu senti-me!... Eu é como se estivesse no Exército. Eu senti Tancos como se... Porque eu vivo o Exército, eu vivi o Exército; aquilo é meu, é de todos nós! Custa ver aquilo acontecer!

Agora, o que eu pretendi trazer aqui aos Srs. Deputados foi aproveitar este momento para não nos centrarmos só sobre Tancos, que é importante, mas pensarmos que há problemas gravíssimos nas forças armadas e o problema principal é o do número de efetivos.

Só para terem uma ideia: se continuar este decréscimo de efetivos em 2001 o Exército terá 3000 praças...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Em 2021!

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Sim, em 2021, terá 3000 praças. Portanto, para mim, o problema principal do Exército é o do número de efetivos.

Pronto, já me calei!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, falta responder à questão da demissão, dos erros comunicacionais, da interferência e do padrão da interferência nessa mesma comunicação...

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Sr. Deputado, já respondi aqui que cada um atua de acordo com a sua

consciência. Eu não tenho de estar a julgar os outros! Eu, no meu ponto 3 da minha intervenção, disse como é que eu me comporto e os senhores já viram como é que eu me comportei no assunto do Colégio Militar. Mas, isso sou eu! Há gente que não...! Olhamos para o País e quantos exemplos temos a nível político? Uns, cai uma ponte, demitem-se; outros, está tudo a arder, não se demitem... Fogo! Não há um padrão! O padrão é de cada um, é da consciência de cada um!

O Sr. Presidente: — Obrigado.

Segue-se, para encerrar a primeira ronda, até haver manifestação de algum grupo parlamentar de que haja uma segunda ronda, o que até agora não ocorreu, o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. Jorge Machado (PCP): — Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, Sr. General Jerónimo, obrigado pelas respostas que já deu, já nos conhecemos da Comissão de Defesa Nacional e eu quero dizer-lhe duas coisas: compreendo bem a forma como entrou na Comissão. Sendo a estrutura do Exército uma estrutura sua, que, de alguma forma, sente como estando a ser atacada, tem essa reação, eu percebo isso e é um sentimento que se percebe e é de louvar, porque, no fundo, mostra um apego a uma instituição e é nesse sentido que interpretamos a sua intervenção.

Gostaria, ainda, de lhe dizer que houve um aspeto que o Sr. General referiu, que nós já tivemos oportunidade de resolver e que tem a ver com o problema do pagamento aos recrutas. Por proposta do PCP, conseguimos melhorar esse aspeto – e este é um aspeto importante para tornar mais atrativo o ramo e a participação nas forças armadas.

Sr. General, vou aproveitar o que já foi respondido, vou tentar não me repetir e queria colocar-lhe uma questão que tem a ver com a não realização dos investimentos necessários nos Países Nacionais de Tancos.

Temos informação, referida, aliás, logo na primeira intervenção, de que, desde 1998, foi feito um *report* dos problemas estruturais dos Paióis Nacionais de Tancos e o Sr. General já respondeu, dizendo o que fez no seu mandato e quanto a isso estamos esclarecidos, está respondido.

Ainda assim, Sr. General, queria perguntar-lhe como é que justifica que se tenha passado tanto tempo sem abordar o problema e isto relaciona-se também com as questões das prioridades políticas e daquelas que foram as opções políticas no sentido de existirem ou não dotações orçamentais para responder aos problemas com que estamos confrontados.

Assim, eu queria que nos desse uma justificação de como é que foi possível, desde 1998 até, salvo erro, 2014, quando iniciou as suas funções, não termos tido nada que permitisse resolver o problema que estava instalado.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Sr. Deputado, eu julgo que já respondi a isso... Eu não vou responder por aquilo que não conheço! É um período... Mas também já lhe respondi que há uma série de coisas – voltando a uma coisa que disse o Sr. Deputado Ascenso Simões – que demoram anos!

A antiga Base Aérea 3, onde está a Brigada, desde que saiu, em 1994, a Força Aérea que não sofre obras e aterram lá aviões e descolam lá aviões todos os dias!... A torre de controlo não funciona...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Eu percebo o que diz, mas...

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Eu não consigo responder pelos outros. Não sei o que se passou! Eu limito-me a responder, não faço juízos de valor, até porque nem sei quais eram as prioridades que estavam estabelecidas na altura, Sr. Deputado.

Eu gostava de poder ajudá-lo nesse sentido, mas não vou poder fazê-lo. Eu respondo pelos meus atos!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. General, eu bem que o compreendo e bem compreendo as razões que levaram à sua saída, mas a verdade é que o Sr. General aqui o que fez hoje, num exercício já muito exaustivo e calcando as linhas do que se pode e do que não se pode dizer, de uma forma cautelosa – presumo que até poderia ter ido mais além, se não fosse á porta aberta –, foi elencar um conjunto de problemas gigantescos: a arma ligeira; as instalações, que referiu amiúde, um pouco por todo o País; as questões dos equipamentos; as questões dos efetivos...

Bom, tudo isto está sinalizado, mas, Sr. General, temos aqui, na Comissão Parlamentar de Inquérito não tanto mas no Parlamento, ministros, temos chefes e ex-chefes a dizer que nunca ficou nenhuma missão por cumprir e a dizer que estão disponíveis para cumprir mais, e mais, e mais e mais e mais missões.

E quando se discute a participação dos militares no combate aos incêndios, como fica bem lá para fora, para que as pessoas digam «ah, finalmente, vamos por o Exército a trabalhar», aceitam-se missões no âmbito da Proteção Civil.

Então, a questão é saber como é que se coaduna esse discurso, Sr. General, porque, por um lado, o Sr. General diz-nos que há uma deficiência estrutural gigantesca, mas, por outro lado, temos responsáveis militares a dizerem: «sim senhor, estão disponíveis para novas missões» e as leis de programação militar apontam investimentos em coisas que são até megalómanas mas que não vão ao essencial, que é o estrutural.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Sr. Deputado, eu não disse isso. Eu disse que o Governo definiu e aprovou um

sistema de forças, em 2014, com determinadas capacidades, que, depois, o dinheiro alocado não é suficiente para essas capacidades e quando dizemos que vamos montar esse sistema de forças em três sexénios, como eu disse, com a Lei de Programação Militar, pressupõe-se, porque não temos o dinheiro para tudo, que admitimos fragilidades, vulnerabilidades e que corremos determinados riscos e isso não deve ser do conhecimento público nem dos novos adversários.

Ora, quando nós não montamos um sistema de forças a que nos propusemos, essas vulnerabilidades aumentam e os riscos também são maiores.

Agora, eu não disse que... Por exemplo, eu já disse que eu tinha outras coisas, mas isso sou eu, que eram mais básicas e não tinha os helicópteros, porque não podia e já expliquei por que é que não podia pôr lá os helicópteros. Mas eu admito isso, eu sei que o País não tem os recursos todos.

O que quero frisar aqui e o que pretendi dizer nesta comissão de inquérito foi o seguinte e comecei logo no início: os militares cumprem missões, a política aloca recursos e ninguém pode dizer... Os militares esfalfam-se para cumprir essas missões e vou dar um exemplo entre tantos que poderia dar e poderia estar aqui toda a noite a falar: fomos para o Afeganistão, a primeira vez, com viaturas emprestadas pelos espanhóis e levámos para o Afeganistão viaturas *Humvee* que vieram de Timor e depois foram blindadas pelos israelitas, que não chegavam para as necessidades e pedimos viaturas emprestadas aos americanos; na terceira vez que fomos para o Afeganistão, mais uma vez, pedimos viaturas emprestadas aos americanos. Tivemos *Humvee* e *Panhard M11*, que é a viatura de reconhecimento ligeira do esquadrão de reconhecimento do Regimento de Cavalaria 3 em Estremoz.

Vou contar dois exemplos: os *Humvee* que tínhamos estavam todos projetados para fora do território nacional. Nós fazemos exercícios de

aprontamento para treinar as tropas para irem cumprir a missão. Os Srs. Deputados sabem que viatura é que usamos para treinar... E já viram com certeza as imagens da República Centro-Africana com o homem na torre, quatro saem pelas portas, dois na porta da frente, dois na porta de trás... Aquilo que tem estar mecanizado, não é?

Cada um sabe para onde vai. Aquilo é treinado até à exaustão.

A gente utilizava *Iveco 4010*, uma viatura de capota de lona, com caixa de carga e duas portas à frente para o condutor. Acha que isto é a maneira correta de treinar? Não temos viaturas!

Às vezes pedíamos as viaturas do PAO (Pelotão de Aquisição de Objetivos) — agora não sei onde está, se em Vendas Novas, se em Estremoz —, que são viaturas com portas e capotas de lona, o que não é a mesma coisa.

Vou dizer outra coisa: quando projetámos viaturas lá para fora, as *Panhard M11*, que estiveram não sei se na Bósnia, mas no Kosovo, no Afeganistão, o esquadrão de reconhecimento de Estremoz, da Brigada, deixou de existir! Só agora é que vieram as *Panhard* todas para cá, com a saída do Kosovo. Foram para a manutenção e estão a ser recuperadas.

Ele existia no papel, mas os homens não treinam com as viaturas!

No Afeganistão, uma força nossa foi projetada para o distrito de Helmand, está na FOB Hupal, lá num... Estão a ver aqueles filmes do *far west*?! Com *hesco bastions* e num tudo ou nada? Três meses sem comer comida fresca, só a ração de combate, no meio do nada. Foram substituir tropas inglesas. Foram de Cabul para lá numa, como se diz, *slot*, com apoio aéreo da NATO. Quando vieram, algumas das nossas viaturas tiveram de ser rebocadas com lanças. A velocidade de marcha foi mais pequena e perdemos a *slot* de apoio aéreo. Fomos emboscados.

Por acaso havia um *B-1* no ar, com uma bomba de 250 kg, que fez uma — não podia largar a bomba, senão iam todos à vida — passagem baixa e os taliban, ou lá o que eram, lá se afastaram. Houve indivíduos feridos.

Não temos uma ambulância... Sabem que viaturas blindadas, tipo ambulância ou de vocação médica, só temos, agora, as *Pandur* e tínhamos as *M113* que estiveram no Kosovo.

Como é que o ferido veio? Na *Panhard M11* com as pernas de fora, porque atravessado não dava, porque havia outros carros a passar.

A gente vai a todas e temos de desenrascar as situações!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Não, Sr. General! Não, não! Os militares não têm de aceitar acriticamente as missões que são propostas.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Não...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. General, não têm de aceitar!

E o que o Sr. General nos está a dizer é que, do ponto de vista das missões, não só não vamos em condições para as missões internacionais...

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Não disse isso!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Não temos as condições necessárias para cumprir as missões internacionais, como o Sr. General nos está a dizer e nos deixa preocupados. Mas não é só o seu testemunho que vai nesse sentido, é que temos o cumprimento de missões para o exterior, mas depois descramos as missões internas, de defesa nacional. Isto porque não temos os recursos suficientes. Os generais não podem aceitar acriticamente as missões...

Há responsabilidades do poder político! Sr. General, todas as responsabilidades do poder político e cá estaremos para fazer essa discussão também. Mas que há este problema, há!

A pergunta que lhe quero fazer é se, face a este cenário, não se comprometeu também o cumprimento das missões nacionais, nomeadamente da segurança. Isso não estará também em cima da mesa?

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Sr. Deputado, as missões continuam a ser feitas com os recursos que temos!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Percebo! E percebo que o façam.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — É nossa obrigação fazer isso!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Pois, Sr. General, mas o Conselho Estratégico Nacional afirma que somos produtores de segurança internacional. Olhe, das suas declarações, não me parece que sejamos produtores de segurança nem internacional, nem nacional!

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Não...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Tem de haver responsabilidades políticas sobre isto!

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Não, não. Somos produtores de segurança internacional...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Com essas condições?!

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Pomos o máximo dos materiais, treinamos as forças para irem lá fora.

Se o Sr. Deputado vir, vê os elogios que as nossas forças têm em todos os teatros...

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. General, não está em causa isso. Somos os primeiros a reconhecer que temos militares de excelência! O problema é que não temos as condições para fazer aquilo que alguns órgãos decisores optam fazer.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Sr. Deputado, vou dizer-lhe uma frase que uso: cumprimos as missões porque elas são curtas. Tive a felicidade de estar numa Brigada em que o comandante era um general paraquedista e que foi, pela primeira vez, a mesma Brigada que estive em três teatros diferentes: Bósnia, Kosovo e Timor. Estamos a falar de 2300 a 2500 homens fora. Hoje em dia é impossível fazer isso.

Temos uma Companhia na República Centro-Africana, uma Companhia reforçada, chamemos-lhe assim. Já não conseguimos pôr um Batalhão lá fora e, depois, ter três para rodar!

Temos uma Companhia mais — onde é que é o outro sítio onde temos gente? — no Afeganistão, na segurança do aeroporto de Cabul. Temos um grupo robusto, mais de quadros, a instruir no Afeganistão e, depois, temos mais uns indivíduos espalhados.

Não estamos a falar de há uns anos, da década de 2000! Portanto, é possível fazer essas missões, é desejável fazê-las, porque ao fazê-las também treinamos, também conseguimos, é verdade, alguns materiais para essas missões. E vamos para lá e fazemos bem o nosso papel. Não pedimos meças a ninguém.

Permitam-me só que leia aqui algo que tive oportunidade de ler em Vila Real, que é do...

Em 2006, comandava a ISAF (International Security Assistance Force) no Afeganistão o general inglês David Richards. Foi Chefe do Estado-Maior inglês e foi Chefe do Estado-Maior... Tive oportunidade de ir três vezes ao Afeganistão e conheci este senhor nos exercícios que fazíamos, porque as duas Brigadas são afiliadas à NATO, a Brigada de Reação Rápida e a BrigInt (Brigada de Intervenção).

O exercício, agora tem um Quartel-General em Inglaterra, mas era na Alemanha. O Coronel — não me lembro o nome dele, esteve aqui na Comissão e foi comandante da Escola Prática de Engenharia no momento dos acontecimentos — João Paulo Almeida fazia parte do Estado-Maior desse nosso General e foi para o Afeganistão também na área das operações.

Vou só ler o que li em Vila Real: «numa autobiografia publicada recentemente no Reino Unido, o General David Richards, comandante das forças da NATO no Afeganistão, em 2006 e 2007, não popa adjetivos nos elogios aos militares do Exército português que operaram sob seu comando direto naquela operação da NATO. São dele as seguintes palavras: durante o meu tempo à frente da ISAF estive dependente, por vezes de forma exagerada, das tropas portuguesas. Desenvolvi uma ligação emocional muito estreita, por muitas vezes tive de os mandar para zonas e operações muito complicadas, não tinha alternativa. Eram eles ou mais ninguém. Mas os portugueses saíram-se de forma brilhante».

E acrescenta: «os portugueses foram verdadeiros heróis, uma tropa excelente, corajosa, destemida, um exemplo a nível estratégico».

Portanto, a gente, em missões internacionais...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. General, nós subscrevemos. O que acrescentamos é que os nossos militares portugueses não merecem ser

tratados dessa forma. Isto é, não merecem ser enviados para cenários operacionais nas condições que o Sr. General descreveu.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Então, eu...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Queria concluir com outra pergunta...

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Isso não é para a Comissão de Inquérito!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Deputado, não fiz nenhuma consideração relativamente à pertinência das perguntas do seu grupo parlamentar, portanto isto incomoda, porque há responsabilidades políticas.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Não incomoda!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Incomoda, incomoda! E vai continuar a incomodar e cá estaremos para isso!

Sr. General, disse-nos que a gestão político-militar foi desastrosa e já percebemos o que quis dizer com isso. Face ao que aconteceu, e já percebi que entendia que deveria ter havido outro comportamento do ponto de vista da comunicação, e face à dimensão pública do acontecido, acha razoável que, numa estrutura, como a do Exército, se puna só um soldado e um cabo? Não deveriam ter sido assacadas outras responsabilidades?

Se me quiser responder que não tem a informação responda-me, pelo menos, no plano hipotético em relação à estrutura de comando hierárquico que existe.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Sr. Deputado, atenção que quero frisar que não se depreenda das minhas palavras... Mandamos o melhor que temos lá para fora. Temos algumas lacunas...

Vou dar-lhe outro exemplo: para mandarmos algumas forças lá para fora, às vezes vamos buscar, como já disse, materiais a outras Unidades, por exemplo às Operações Especiais que têm material de ponta e do qual precisamos.

Mas pomos lá o melhor! E está provado que tem funcionado bem.

Sobre a sua pergunta, como disse, cada comandante atua da forma que entende. Tenho a minha maneira de comandar. Aliás, nunca precisei de dar muitas punições.

Volto a frisar a nota três da minha intervenção inicial: quando tenho de assumir as minhas responsabilidades, assumo-as. A prova disso é que saí do Exército prematuramente, não é?

Agora, cada um atua da maneira que entende. Não faço juízos de valor sobre isso.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. General.

Não tendo havido manifestação de vontade de nenhum grupo parlamentar para haver outra ronda, creio que posso, em nome de todas as Sr.^{as} e Srs. Deputados desta Comissão de Inquérito, agradecer ao Sr. General Carlos Jerónimo o modo frontal, direto, algumas vezes colorido, com que depôs aqui.

Agrademos a sua disponibilidade e o caráter bastante esclarecer das suas respostas.

Antes de terminar, queria recordar apenas às Sr.^{as} e Srs. Deputados que teremos nova reunião amanhã às 17 horas onde ouviremos o Sr. General Faria Menezes.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Posso só dizer uma coisa?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. General.

O Sr. Gen. **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**: — Só uma última coisa: foi um prazer muito grande estar aqui. Obrigado pelas questões. Tentei responder com o máximo de frontalidade e com a minha maneira de ser.

Sou um general atípico, de certeza. Ainda agora estive num convívio, num CGM (Curso Geral de Milicianos) que dei e os meus soldados diziam-me: «O General Jerónimo está como era quando era tenente»! A idade passou, aquele bichinho pela instituição militar continua.

Sou assim. Peço desculpa se fui indelicado ou incorreto algumas vezes, mas esta é a minha maneira de estar e com esta idade já não consigo ser martelado.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. General, só um esclarecimento: nunca lançámos nenhuma primeira pedra!

Risos.

O Sr. **Presidente**: — Está, assim, encerrada a reunião.

Eram 20 horas e 8 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.

